



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA  
Nº 03/2010-SEMA/ASSOCIAÇÃO DE DEFESA ETNOAMBIENTAL KANINDÉ

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA  
QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA  
DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO PARÁ  
(SEMA) E A ASSOCIAÇÃO DE DEFESA  
ETNOAMBIENTAL KANINDÉ (KANINDÉ),  
DA FORMA COMO ABAIXO MELHOR SE  
INFERE.

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO PARÁ-SEMA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.921.783/0001-68, com sede na Trav. Lomas Valentinas, nº2717, Bairro do Marco, na Cidade de Belém do Pará, CEP 66.092-770, neste ato representada por seu Secretário, nomeado através de Decreto, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará- D.O.E./PA nº 31.430 de 01 de junho de 2009, Sr. **ANÍBAL PESSOA PICANÇO**, brasileiro, advogado, portador da cédula de identidade nº 1460237 SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 166.708.842-49, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada **CONCEDENTE** e a **ASSOCIAÇÃO DE DEFESA ETNOAMBIENTAL KANINDÉ**, inscrito no CNPJ nº 63.762.884/0001-31, representado pela Coordenadora Geral, Sra: **Ivaneide Bandeira Cardozo**, portadora da Cédula de Identidade nº 63.959-SSP-RO, CPF nº 063.001.702-68, residente e domiciliada na D.Pedro II, 1892, sala 7, Nossa Senhora das Graças, CEP 76804116, resolvem celebrar o presente Convênio de Cooperação Financeira com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação correlata mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ORIGEM**

Considerando que no Pará, as terras indígenas possuem alta relevância estratégica, seja em relação ao ordenamento territorial, seja para a própria conservação e uso sustentável da biodiversidade, pois ocupam quase 25% do território paraense e são qualificadas como componentes fundamentais à conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais do Estado. Considerando que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, através de sua Diretoria de Áreas Protegidas/Coordenadoria de Ecossistemas, executa o projeto piloto “Conservação da Biodiversidade em Terras Indígenas do Pará” e seu subprojeto 3 (três) “Gestão Ambiental de Terras Indígenas”, através dos quais pretende inaugurar um trabalho de parceria com os povos indígenas da porção paraense das Terras Indígenas Trombetas Mapuera, Nhamundá Mapuera e povos indígenas que ocupam a Floresta Estadual do Trombetas, visando promover o estabelecimento de diretrizes, ações científicas, técnicas, metodológicas e políticas para conservação e uso sustentável da biodiversidade das Terras Indígenas do Estado e também a gestão integrada das áreas protegidas da Calha Norte (áreas de influência das unidades de conservação da natureza de proteção integral: Estação Ecológica Grão Pará e Reserva Biológica Rio Trombetas), se faz necessário a integralização de esforços para o estabelecimento de parceria entre a Associação de Defesa Etnoambiental KANINDÉ e seus parceiros, que já executam com êxito, junto a estes povos indígenas, trabalhos e metodologias consolidadas e premiadas de gestão territorial ambiental, tais como mapeamento cultural participativo e o etnozoneamento.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O presente convênio tem por objeto repasse de recursos, mediante contrapartidas, para execução dos trabalhos de *Etnozoneamento da porção paraense das Terras Indígenas Trombetas Mapuera, Nhamundá*



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**

*Mapuera e áreas ocupadas por povos indígenas na Floresta Estadual do Trombetas*, município de Oriximiná e Faro, num total de mais de 4 milhões de hectares zoneados participativamente, com vista a viabilizar ações de ordenamento territorial aliadas a conservação da biodiversidade, para propiciar a gestão territorial e ambiental integrada das áreas protegidas da Calha Norte do Estado do Pará, ação que irá contribuir diretamente para o cumprimento das metas do PROGRAMA DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO ESTADO DO PARÁ, AÇÃO PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, conforme consta do Plano de trabalho – Anexo I, parte integrante deste Convênio, independentemente de transcrição.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Para cumprimento do objeto deste convênio, as partes obrigam-se a elaborar e cumprir Plano de Trabalho específico, que passará a fazer parte integrante deste convênio, independentemente de transcrição.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os planos de trabalho serão aprovados e monitorados por uma Coordenação de Acompanhamento, formada por técnicos designados pelas partes.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Os valores estipulados para a execução dos Planos de Trabalho devidamente aprovados pelas partes integrante deste Convênio, não poderão extrapolar os limites de recursos previstos pelas partes.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Caso sejam identificadas necessidades de adequação, o Plano de Trabalho será reavaliado pela Comissão de Acompanhamento, a qual deverá propor a readequação necessária.

**CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**I – Constituem-se obrigações da SEMA:**

- a) Efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, na forma estabelecida na Planilha Orçamentária e no Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho;
- b) Orientar, supervisionar, acompanhar e cooperar com a implantação das ações objeto deste Convênio;
- c) Analisar e aprovar as Prestações de Contas, objeto do presente Convênio;
- d) Acompanhar as atividades de execução e examinar os bens, locais, trabalhos, ações e construções, avaliando os seus resultados e reflexos;
- e) Aprovar, excepcionalmente, a alteração da programação da execução do convênio, mediante proposta do Conveniente devidamente justificada, que deverá ser apresentada à CONCEDENTE no prazo mínimo de vinte dias do término do convênio, respeitadas as disposições do parágrafo segundo da Cláusula Sexta;
- f) Prorrogar “de ofício” a vigência deste instrumento, quando houver atraso na liberação dos recursos a cargo do CONCEDENTE, conforme consta no Plano de Trabalho, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- g) Exercer a autoridade normativa, o controle e a fiscalização sobre a execução deste Convênio;

**II – Constituem-se obrigações da KANINDÉ:**

- a) Executar todas as atividades inerentes a implementação do presente Convênio, com rigorosa obediência ao Plano de Trabalho e Plano de Comunicação;
- b) Não utilizar os recursos recebidos da CONCEDENTE em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio, ainda que em caráter de emergência;
- c) Restituir, à conta da CONCEDENTE, eventual saldo dos recursos transferidos pela CONCEDENTE e/ou de rendimentos decorrentes de aplicação financeira, existente na data de sua conclusão ou extinção, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especiais;



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**

- d) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhistas e previdenciários decorrentes ou não do ajuizamento de eventuais demandas judiciais, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;
- e) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao presente Instrumento;
- f) Promover a divulgação das ações objeto deste convênio citando, obrigatoriamente, a participação da **CONCEDENTE**, nos trabalhos realizados, na forma por este estabelecida;
- g) Permitir e facilitar o acesso de técnicos da **CONCEDENTE** e outros por ele designados, e de auditores do Sistema de Controle Interno e Externo, a todos os documentos relativos à execução do Objeto deste Convênio, bem como prestar a estes todas e quaisquer informações solicitadas;
- h) Apresentar Relatórios Técnicos Parciais e Final, explicitando as repercussões do projeto objeto deste Convênio;
- i) Fornecer todas as informações solicitadas pela **CONCEDENTE** referente ao projeto e a situação financeira do **CONVENENTE** durante o período de sua execução;
- j) Realizar as despesas para a execução do objeto do convênio expresso no Plano de Trabalho, exclusivamente dentro do período previsto na cláusula sexta;
- k) Utilizar os bens e serviços custeados com recursos da **CONCEDENTE** exclusivamente na execução do objeto deste convênio;
- l) Comunicar à **CONCEDENTE** sempre que houver prêmios, títulos, homenagens e afins, decorrentes dos trabalhos realizados no âmbito do presente Convênio;
- m) Efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, na forma estabelecida, na Planilha Orçamentária e no Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho.

**CLÁUSULA QUARTA – DO GERENCIAMENTO**

As instituições signatárias irão determinar a criação de uma Coordenação para o presente Convênio, que deverá ser composta por representantes das mesmas, e terá como função precípua a execução das ações aqui previstas e aprovação de projetos, programas e proposta específicos referentes ao objeto descrito na Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Comissão de Acompanhamento do Convênio será responsável pela análise e aprovação dos planos de trabalho específicos e avaliará, com uma periodicidade trimestral ou outra estabelecida pela própria Comissão, às ações objeto deste convênio sugerindo alterações e prorrogações de metas e prazos dos planos de trabalho, o que implica sua revisão. A Comissão encaminhará as atas das reuniões, bem como o relatório conclusivo, à Diretoria de Áreas Protegidas da SEMA/PA.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Comissão de Acompanhamento desse Convênio será constituída por 02 (dois) representantes da **CONCEDENTE** e 02 (dois) representantes do **CONVENENTE**, com um suplente para cada titular.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

Os recursos necessários para a execução do objeto deste Convênio correrão por conta da **CONCEDENTE**, de acordo com a programação estabelecida pelos planos de trabalho específicos e pelo plano de trabalho anexo, na seguinte dotação orçamentária: PTRES 276157, FONTE 0316002102, ELEMENTO 335041, PI 000601657 e AÇÃO 140567.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os recursos necessários à execução dos planos de trabalho deverão estar previstos no orçamento da **CONCEDENTE** para os anos de vigência do Convênio.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os recursos previstos nos planos de trabalho deverão ser liberados em parcelas, de acordo com as etapas e o cronograma de desembolso estabelecido nos planos de trabalho.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** é vedado ao órgão recebedor dos recursos liberados pela CONCEDENTE, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente:

- a) Transferir estes recursos a qualquer órgão não descrito no Plano de Trabalho e/ou conta não vinculada ao Convênio, mesmo a título de controle;
- b) Pagar gratificações, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidores que pertençam aos órgãos ou entidade da Administração Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal, que estejam lotados ou em exercício em qualquer dos entes partícipes;
- c) Realizar despesa anterior ou posterior à vigência do presente Convênio;
- d) Realizar despesas com publicidade (salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social) das quais constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

**PARÁGRAFO QUARTO:** quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Convênio, os saldos financeiros remanescentes de resíduos de gastos serão aplicados de acordo com plano de trabalho aprovado pela Comissão de Acompanhamento e, se não autorizado a aplicá-lo, devolvidos à CONCEDENTE, no prazo de 60 (sessenta) dias; sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do CONVENIENTE.

**CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR GLOBAL DO CONVÊNIO**

O valor global do presente convênio é de R\$ 859.080,00 (oitocentos e cinquenta e nove mil e oitenta reais).

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA ABERTURA DE CONTA ESPECÍFICA**

Os recursos transferidos pela CONCEDENTE para o objeto deste Convênio serão mantidos em conta bancária específica do CONVENIENTE, no Banco do Brasil S.A. ou Banco Oficial do Estado, sendo movimentada pela gerência administrativa deste Convênio e sendo permitidos somente saques para o pagamento de despesas previstas nos planos de trabalho, mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária. Os planos de trabalho específicos deverão ser aprovados pela Comissão de Acompanhamento deste Convênio.

**CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A KANINDÉ ficará sujeito a apresentar prestação de contas final do total dos recursos recebidos, que será constituída de relatório do cumprimento do objeto, acompanhada de:

- a) Planos de Trabalho;
- b) Relatórios de Execução Físico-Financeira, referente a cada plano de trabalho;
- c) Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, e os saldos;
- d) Relação de pagamentos;
- e) Relação de bens (adquiridos, produzidos ou construídos) que foram repassados para a CONCEDENTE;
- f) Extrato da conta bancária específica do período de recebimento da primeira parcela até o último pagamento e conciliação bancária, quando for o caso;



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A prestação de contas final será apresentada pelo CONVENIENTE à CONCEDENTE, até 60 (sessenta) dias após a data final da vigência do presente instrumento.

**CLÁUSULA NONA – DA AÇÃO PROMOCIONAL**

Qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Convênio depende de prévia e formal aprovação da CONCEDENTE, sendo obrigatoriamente destacada a participação das entidades conveniadas, observado o disposto no Parágrafo Primeiro do art. 37 da Constituição Federal.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

O presente Convênio poderá ser rescindido, de comum acordo entre as Partes, mediante notificação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, e ainda na ocorrência dos seguintes motivos:

- a) falta de apresentação dos relatórios de Execução Físico – Financeira e de prestação de contas pelo CONVENIENTE no prazo estabelecido;
- b) utilização dos recursos em desacordo com os Planos de Trabalho;
- c) o não cumprimento por parte da CONCEDENTE das obrigações previstas neste Convênio; e
- d) o não cumprimento por parte do CONVENIENTE de suas obrigações previstas neste Convênio.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO**

O presente Termo De Cooperação Financeira vigorará, da data de sua assinatura, por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado ou alterado, executando-se seu objeto, se os Partícipes assim o desejarem, mediante a celebração de termo(s) aditivo(s).

**PARÁGRAFO ÚNICO:** em caráter excepcional e devidamente justificado em ata a Comissão de Acompanhamento poderá aprovar a reformulação dos planos de trabalho, sendo vedada a mudança do objeto e das metas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS BENS**

Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos ou construídos com recursos liberados pela CONCEDENTE pertencerão ao patrimônio do CONVENIENTE ao final do Convênio.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

A SEMA/PA providenciará à sua conta a publicação deste Convênio, em extrato, no Diário Oficial do Estado do Pará, no prazo de 10 (dez), a contar da data de assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RELATÓRIO FINAL**

O Relatório Final da Execução das atividades previstas neste Convênio será entregue no prazo máximo de noventa (90) dias após o término da vigência das metas previstas nos últimos planos de trabalho.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXECUÇÃO**

É facultado à CONCEDENTE, no caso de paralisação parcial ou total das atividades inerentes ao objeto do presente instrumento, assumir a execução destas, para evitar a descontinuidade da implementação do objeto deste Convênio.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DOS TRABALHOS**

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológicas decorrentes de trabalhos realizados no âmbito do presente Convênio serão atribuídos às Partes CONVENIENTES, sendo vedada a sua divulgação, total ou parcial, sem o consentimento prévio e formal das Partes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de serem desenvolvidos produtos, tecnologias ou outros bens passíveis de patenteamento ou comercialização, surgidos no âmbito das atividades do presente Convênio, deverá ser observado o disposto no Decreto N° 98.830, de 15/01/90, Art. 10, ou outros que venham tratar deste assunto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: é vedada a utilização das informações e produtos mencionados no caput desta cláusula, em qualquer outro estudo ou projeto, sem prévio consentimento das Partes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: fica assegurado à CONCEDENTE o direito de uso, sem ônus adicional, de todos os produtos resultantes da execução do objeto do presente Instrumento, mediante lavratura de Acordo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – da Lei n.º 8.666/1993**

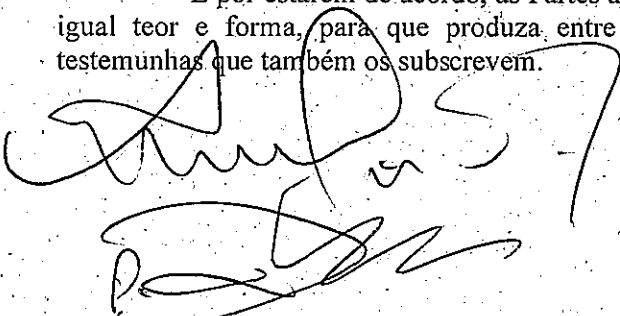
Aplica-se ao presente instrumento, no que couber, as disposições da Lei n.º 8.666/1993.

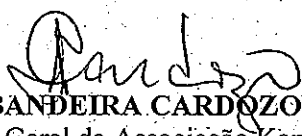
**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Estadual para dirimir litígios oriundos deste Convênio, sendo excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as Partes assinam o presente Instrumento, em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para que produza entre si os legítimos efeitos de direito na presença das testemunhas que também os subscrevem.

Belém, 07 de junho de 2010.

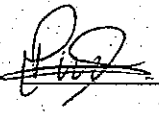
  
**ANIBAL PESSOA PICANÇO**  
Secretário de Estado de Meio Ambiente

  
**IVANEIDE BANDEIRA CARDOZO**  
Coordenadora Geral da Associação Kanindé

Testemunhas

  
CPF/MF nº 128651.502.52

C.I. R.G. nº 2110402 SSP/ PA

  
CPF/MF nº 413.955.302.20

C.I. R.G. nº 2286055 SSP/ FA

\* Eliseu Wai Wai

SSP/01255



DIÁRIO OFICIAL Nº. 31689 de 17/06/2010

**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
Convênio Financeiro 03/2010-SEMA/PA – Associação de Defesa  
Etnoambiental Kanindé

Número de Publicação: 118732

**Nº DO CONVÊNIO:** 003/2010-SEMA/PA

**PARTES:** Secretaria de Estado de Meio Ambiente-SEMA e a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé

**OBJETO:** Repasse de recursos para execução dos trabalhos de Etnozoneamento da porção paraense das Terras Indígenas Trombetas Mapuera, Nhamundá Mapuera e áreas ocupadas por povos indígenas na Floresta Estadual do Trombetas, num total de mais de 4 milhões de hectares zoneados participativamente, com vista a viabilizar ações de ordenamento territorial aliadas a conservação da biodiversidade, para propiciar a gestão territorial e ambiental integrada das áreas protegidas da Calha Norte do Estado do Pará

**VIGÊNCIA:** Início em 07/06/2010 e Término em 06/06/2011

**VALOR:** R\$ 859.080,00 (oitocentos e cinquenta e nove mil e oitenta reais)

**VALOR A SER REPASSADO PELA SEMA:** R\$ 519.080,00 (quinhentos e dezenove mil e oitenta reais)

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** PTRES 276157, FONTE 0316002102, ELEMENTO 335041, P.I. 000601657, AÇÃO 140567

**FORO:** Comarca de Belém, Estado do Pará

**DATA DA ASSINATURA:** 07/06/2010

**RESPONSÁVEL PELA PARTE:** Ivaneide Bandeira Cardozo, Coordenadora Geral da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé

**ENDEREÇO DA PARTE:** Av. D. Pedro II, nº 1892, sala 07, Bairro Nossa Senhora das Graças, CEP 76804-116, Porto Velho/RO, [kaninde@kaninde.org.br](mailto:kaninde@kaninde.org.br), fone (69) 3229-2826

**ORDENADOR RESPONSÁVEL:** Aníbal Pessoa Picanço, Secretário de Estado de Meio Ambiente



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA**

**TERMO ADITIVO Nº. 01/2011**  
**CONVÊNIO FINANCEIRO**  
**Nº 003/2010-SEMA/PA**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO FINANCEIRO Nº 003/2010, QUE ENTRE SI CELEBRAM GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE-SEMA/PA E A ASSOCIAÇÃO DE DEFESA ETNO-AMBIENTAL KANINDÉ PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, DA FORMA COMO ABAIXO MELHOR SE INFERE.

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO PARÁ-SEMA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.921783/0001-68, com sede na Trav. Lomas Valentinas, nº2717, Bairro do Marco, na Cidade de Belém do Pará, CEP66.092-770, neste ato representada por sua Secretária, nomeada através de Decreto, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará –DOE/PA nº 31824 de 03 de janeiro de 2011, Sra. **TERESA LUSIA MÁRTIRES COELHO CATIVO ROSA**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 1992612 -SSP/PA e inscrita no CPF./MF sob o nº 042.103.012-72, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominada **CONCEDENTE** e a **ASSOCIAÇÃO DE DEFESA ETNO-AMBIENTAL KANINDÉ**, inscrito no CNPJ nº. 63.762.884/0001-31, com sede na Av. D. Pedro II, nº 1892, sala 07 N. Sra. Das Graças, CEP 78901-150, Porto Velho – Rondônia, representado pela Coordenadora Geral, Sra. Ivaneide Bandeira Cardozo, portadora da Cédula de Identidade nº. 63.959-SSP-RO, CPF nº.063.001.702-68, doravante denominado **CONVENIENTE**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo com fundamento na Lei Federal nº. 8.666/93 e legislação correlata mediante as cláusulas e condições seguintes

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ORIGEM E FUNDAMENTO LEGAL**

O presente Termo Aditivo nº 01/2011 ao Convênio nº 003/2010-SEMA/PA, tem origem no Processo nº 2010/9807 e 2011/11445, tendo por fundamento legal na Cláusula Décima Primeira do referido Convênio.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO.**

Constitui objeto deste instrumento a prorrogação do prazo de vigência do convênio por mais 08 (oito) meses, contados a partir do dia 07/06/2011 a 06/02/2012, e acréscimo do seguinte parágrafo na Cláusula Quinta do Convênio Financeiro 003/2010 – SEMA/PA:





**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA**

PARÁGRAFO QUINTO: Fica condicionado repasse de nova parcela de recursos à apresentação de relatório de prestação parcial de contas a ser analisado e aprovado pelo setor financeiro da SEMA.

**CLÁUSULA TERCEIRA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

3.1- Permanecem INALTERADAS todas as demais cláusulas e condições do convênio original, não alterados por este instrumento.

3.2- O presente instrumento será publicado sobre a forma de extrato, às expensas da CONCEDENTE, no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10 (dez) dias e sua assinatura.

E, por estarem assim justos e contratados, com as cláusulas e condições ora estabelecidas, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias, de iguais teor e forma na presença das testemunhas abaixo que também o subscrevem.

Belém (PA), 07 de Junho de 2011.

  
**TERESA LÚCIA MARTIRES COELHO CATIVO ROSA**  
Secretária de Estado de Meio Ambiente

  
**IVANEIDE BANDEIRA CARDOZO**  
Coordenadora Geral da Associação Kanindé

Testemunhas:

NOME : *Alcides Pereira Paes*

C.I. RG nº: *673.834* SSP/*RO*

CPF/MF nº *112.100.192-87*

NOME

C.I. RG nº

SSP/

CPF/MF nº



Diário Oficial Nº. 31939 de 17/06/2011

## SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

### Termo Aditivo a Convênio

Número de Publicação: 246593

Termo Aditivo: 1

Data de Assinatura: 07/06/2011

Vigência: 07/06/2011 a 06/02/2012

Justificativa: Prorrogação de vigência por mais 8 (oito) meses.

Objeto: Trabalhos de Etnozoneamento da porção paraense das Terras Indígenas Trombetas Mapuera, Nhamundá Mapuera e áreas ocupadas por povos indígenas na Floresta Estadual do Trombetas, município de Oriximiná e Faro, num total de mais de 4 milhões de hectares zoneados participativamente, com vista a viabilizar ações de ordenamento territorial aliadas a conservação da biodiversidade, para propiciar a gestão territorial e ambiental integrada das áreas protegidas da Calha Norte do Estado do Pará.

Convênio: 3

Exercício: 2010

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso

18542124761570000 335041 0316002102 Estadual

Partes:

Concedente: Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Pará

Beneficiário ente Privado: Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé

Nome do Ordenador: TERESA LUSIA MARTIRES COELHO CATIVO ROSA



Diário Oficial Nº. 32008 de 28/09/2011

## SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

### Termo Aditivo a Convênio

Número de Publicação: 288353

Errata da Publicação: 246593

Termo Aditivo: 1

Data de Assinatura: 07/06/2011

Vigência: 07/06/2011 a 06/02/2012

Justificativa: Prorrogação do prazo de vigência e acréscimo do seguinte parágrafo na Cláusula Quinta do Convênio Financeiro 003/2010 – SEMA/PA: "PARÁGRAFO QUINTO - Fica condicionado repasse de nova parcela de recursos à apresentação de relatório de presta

Objeto: Trabalhos de Etnozoneamento da porção paraense das Terras Indígenas Trombetas Mapuera, Nhamundá Mapuera e áreas ocupadas por povos indígenas na Floresta Estadual do Trombetas, município de Oriximiná e Faro, num total de mais de 4 milhões de hectares zoneados participativamente, com vista a viabilizar ações de ordenamento territorial aliadas a conservação da biodiversidade, para propiciar a gestão territorial e ambiental integrada das áreas protegidas da Calha Norte do Estado do Pará.

Convenio: 3

Exercício: 2010

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso  
18542124761570000 335041 0316002102 Estadual

Partes:

Concedente: Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Pará

Beneficiário ente Privado: Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé

Nome do Ordenador: TERESA LUSIA MARTIRES COELHO CATIVO ROSA



DIÁRIO OFICIAL Nº. 31804 de 03/12/2010

**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE  
DESIGNAÇÃO**

Número de Publicação: 185530

**PORTARIA Nº. 3.650/2010-GAB/SEMA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010**

**ASSUNTO: DESIGNAÇÃO**

O Secretário de Estado de Meio Ambiente, usando das atribuições que lhe são conferidas;

**RESOLVE:**

1- **Designar** os servidores **ANDERSON TAVARES DO CARMO**, matrícula nº. 80845771/ 3, ocupante do cargo de Arquiteto; e **CLAUDIA MARIA CARNEIRO KAHWAGE SILVA**, ocupante do cargo de Biólogo, matrícula nº. 57197159/ 1 para fiscalizar o convênio de Cooperação Financeira nº 003/2010 – SEMA/KANINDÉ

**DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**Belém, 30 de Novembro 2010.**

**EDIVALDO PEREIRA DA SILVA**

**Secretário de Estado de Meio Ambiente/SEMA**



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA**

**TERMO ADITIVO Nº. 02/2011**  
**CONVÊNIO FINANCEIRO**  
**Nº 003/2010-SEMA/PA**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO FINANCEIRO Nº 003/2010, QUE ENTRE SI CELEBRAM GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE-SEMA/PA E A ASSOCIAÇÃO DE DEFESA ETNO-AMBIENTAL KANINDÉ PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, DA FORMA COMO ABAIXO MELHOR SE INFERE.

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE-SEMA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.921.783/0001-68, com sede na Trav. Lomas Valentinas, nº 2.717, Bairro do Marco, em Belém/PA, CEP 66.095-770, neste ato representada por seu Secretário, nomeado através de Decreto, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará-D.O.E./PA nº 32068 de 03 de janeiro de 2012, Sr. **JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 320.744-1 SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 039.809.872-72, matrícula 28290/1, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada **CONCEDENTE** e a **ASSOCIAÇÃO DE DEFESA ETNO-AMBIENTAL KANINDÉ**, inscrito no CNPJ nº. 63.762.884/0001-31, com sede na Av. D. Pedro II, nº 1892, sala 07 N. Sra. Das Graças, CEP 78901-150, Porto Velho – Rondônia, representado pela Coordenador Geral, Sr. **ISRAEL CORREA DO VALE JUNIOR**, portador da Cédula de Identidade nº. 516911 SSP-RO, CPF nº.585.146.432-15, doravante denominado **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo com fundamento na Lei Federal nº. 8.666/93 e legislação correlata mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ORIGEM E FUNDAMENTO LEGAL**

O presente Termo Aditivo nº 02/2011 ao Convênio nº 003/2010-SEMA/PA, tem origem no Processo nº 2010/9807 e 2011/11445, tendo por fundamento legal na Cláusula Décima Primeira do referido Convênio.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO.**

Constitui objeto deste instrumento a prorrogação do prazo de vigência do convênio por mais 145 (cento e quarenta e cinco) dias, contados do dia **07/02/2012** a **30/06/2012**.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA**

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS**

Caso exista qualquer pendência de documentos, em especial da prestação de contas, por parte da CONVENIENTE, a CONCEDENTE vedará a transferência dos recursos deste convênios até que seja sanada as pendências.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos para atender ao cumprimento do presente instrumento correrão à conta da dotação orçamentária abaixo:

FONTE 0316002102; PTRES 276157; ELEMENTO 335041.

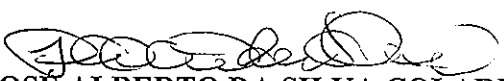
**CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

5.1- Permanecem INALTERADAS todas as demais cláusulas e condições do convênio original, não alterados por este instrumento.

5.2- O presente instrumento será publicado sobre a forma de extrato, às expensas da CONCEDENTE, no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10 (dez) dias e sua assinatura.

E, por estarem assim justos e contratados, com as cláusulas e condições ora estabelecidas, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias, de iguais teor e forma na presença das testemunhas abaixo que também o subscrevem.

Belém (PA), 07 de fevereiro de 2012.

  
**JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES**  
Secretário de Estado de Meio Ambiente

  
**ISRAEL CORREDO VALE JUNIOR**  
Coordenador Geral da Associação Kanindé

Testemunhas:

NOME :  
C.I. RG nº: SSP/  
CPF/MF nº

NOME  
C.I. RG nº SSP/  
CPF/MF nº



Diário Oficial Nº. 32102 de 23/02/2012

## SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

### TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 343932

Termo Aditivo: 2

Data de Assinatura: 07/02/2012

Valor: 0,00

Vigência: 07/02/2012 a 06/04/2012

Justificativa: Prorrogação de vigência por mais 02 (dois) meses.

Objeto: Trabalhos de Etnozoneamento da porção paraense das Terras Indígenas Trombetas Mapuera, Nhamundá Mapuera e áreas ocupadas por povos indígenas na Floresta Estadual do Trombetas, município de Oriximiná e Faro, num total de mais de 4 milhões de hectares zoneados participativamente, com vista a viabilizar ações de ordenamento territorial aliadas a conservação da biodiversidade, para propiciar a gestão territorial e ambiental integrada das áreas protegidas da Calha Norte do Estado do Pará.

Convênio: 3

Exercício: 2010

Partes:

Beneficiário ente Privado: Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé

Concedente: Secretaria de Estado de Meio Ambiente

Nome do Ordenador: JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES



Diário Oficial Nº. 32174 de 11/06/2012

## SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

### TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 390600

ERRATA DA PUBLICAÇÃO: 343932

Termo Aditivo: 2

Data de Assinatura: 07/02/2012

Valor: 0,00

Vigência: 07/02/2012 a 30/06/2012

Justificativa: Prorrogação de vigência por mais 145 (cento e quarenta e cinco) dias.

Objeto: Trabalhos de Etnozoneamento da porção paraense das Terras Indígenas Trombetas Mapuera, Nhamundá Mapuera e áreas ocupadas por povos indígenas na Floresta Estadual do Trombetas, município de Oriximiná e Faro, num total de mais de 4 milhões de hectares zoneados participativamente, com vista a viabilizar ações de ordenamento territorial aliadas a conservação da biodiversidade, para propiciar a gestão territorial e ambiental integrada das áreas protegidas da Calha Norte do Estado do Pará.

Convenio: 3

Exercício: 2010

Partes:

Beneficiário ente Privado: Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé

Concedente: Secretaria de Estado de Meio Ambiente

Nome do Ordenador: JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES





**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**GERÊNCIA DE CONTROLE CONVÊNIOS E CONTRATOS**

**TERMO ADITIVO Nº. 03/2012**  
**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA**  
**Nº 003/2010-SEMA/ASSOCIAÇÃO KANINDÉ**  
**REF. ADITAMENTO DE VIGÊNCIA**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO FINANCEIRO Nº 003/2010, QUE ENTRE SI CELEBRAM GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE-SEMA/PA E A ASSOCIAÇÃO DE DEFESA ETNO-AMBIENTAL KANINDÉ PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, DA FORMA COMO ABAIXO MELHOR SE INFERE.

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE-SEMA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.921.783/0001-68, com sede na Trav. Lomas Valentinas, nº 2.717, Bairro do Marco, em Belém/PA, CEP 66.095-770, neste ato representada por seu Secretário, nomeado através de Decreto, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará-D.O.E./PA nº 32068 de 03 de janeiro de 2012, Sr. **JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 320.744-1 SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 039.809.872-72, matrícula 28290/1, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada **CONCEDENTE** e a **ASSOCIAÇÃO DE DEFESA ETNO-AMBIENTAL KANINDÉ**, inscrito no CNPJ nº 63.762.884/0001-31, com sede na Av. D. Pedro II, nº 1892, sala 07 N. Sra. Das Graças, CEP 78901-150, Porto Velho – Rondônia, representado pelo Coordenador Geral, Sr. **ISRAEL CORRÊA DO VALE JUNIOR**, portador da Cédula de Identidade nº 516.911-RO, CPF nº 585.146.432-15, doravante denominado **CONVENIENTE**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação correlata mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ORIGEM E FUNDAMENTO LEGAL**

O presente Termo Aditivo nº 03/2012 ao Convênio nº 003/2010-SEMA/PA, tem origem no Processo nº 2012/17083 e 2010/9807, tendo por fundamento legal na Cláusula Décima Primeira do referido Convênio.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO.**

Constitui objeto deste instrumento a prorrogação do prazo de vigência do convênio por mais 03 (três) meses, contados do dia **01/07/2012** a **30/09/2012**.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**GERÊNCIA DE CONTROLE CONVÊNIOS E CONTRATOS**

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS**

Caso exista qualquer pendência de documentos, em especial da prestação de contas, por parte da CONVENIENTE, a CONCEDENTE vedará a transferência dos recursos deste convênios até que seja sanada as pendências.


**CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**


5.1- Permanecem INALTERADAS todas as demais cláusulas e condições do convênio original, não alterados por este instrumento.

5.2- O presente instrumento será publicado sobre a forma de extrato, às expensas da CONCEDENTE, no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10 (dez) dias e sua assinatura.

E, por estarem assim justos e contratados, com as cláusulas e condições ora estabelecidas, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias, de iguais teor e forma na presença das testemunhas abaixo que também o subscrevem.

Belém (PA), 01 de julho de 2012.

  
**JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES**  
Secretário de Estado de Meio Ambiente

  
**ISRAEL CORRÊA DO VALE JUNIOR**  
Coordenador Geral da Associação Kanindé

Testemunhas:

NOME: *Marlene Pereira Paes*  
C.I. RG nº: *673.834* SSP/RO  
CPF/MF nº: *112.400.192-97*

NOME  
C.I. RG nº  
CPF/MF nº  
SSP/



Diário Oficial Nº. 32193 de 06/07/2012

**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**

**TERMO ADITIVO A CONVÊNIO**

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 405801

Termo Aditivo: 3

Data de Assinatura: 01/07/2012

Valor: 0,00

Vigência: 01/07/2012 a 30/09/2012

Justificativa: Até o término da vigência do Convênio, 30/06/2012, não foram concluídas todas as atividades do Plano de Trabalho.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do convênio por mais 3 meses.

Convênio: 3

Exercício: 2010

Partes:

Concedente: SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

Beneficiário: ente Privado: ASSOCIAÇÃO DE DEFESA ETNOAMBIENTAL  
KANINDÉ

Nome do Ordenador: JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES



## PLANO DE TRABALHO

### PROJETO ETNOZONEAMENTO DA PORÇÃO PARAENSE DAS TERRAS INDÍGENAS TROMBETAS MAPUERA, NHAMUNDÁ MAPUERA E ÁREAS INDÍGENAS DA FLORESTA NACIONAL DO TROMBETAS

*GESTÃO INTEGRADA DAS ÁREAS PROTEGIDAS DA CALHA NORTE DO PARÁ*



MARÇO 2010

<b>PLANO DE TRABALHO DETALHADO</b> <b>ETNOZONEAMENTO DA POÇÃO PARAENSE DAS TERRAS INDÍGENAS TROMBETAS</b> <b>MAPUERA, NHAMUNDÁ MAPUERA E AREAS OCUPADAS POR INDÍGENAS DA FLORTA</b> <b>TROMBETAS</b>	Página 1 de 26
---	----------------

### 1. DADOS CADASTRAIS

<b>ÓRGÃO/ENTIDADE/PROPONENTE:</b> KANINDÉ – ASSOCIAÇÃO DE DEFESA ETNOAMBIENTAL				<b>CNPJ/CGC:</b> 63.762.884/0001-31	
<b>ENDEREÇO</b> Rua Dom Pedro II, 1892, sala 7, Nossa Senhora das Graças					
<b>CIDADE</b> Porto Velho	<b>UF</b> RO	<b>CEP</b> 76804116	<b>DDD/TELEFONE</b> 69-32292826	<b>EA</b>	
<b>AGÊNCIA</b> 0102-3	<b>CONTA CORRENTE</b> 49.964-1		<b>PRAÇA DE PAGAMENTO</b> BANCO DO BRASIL		
<b>NOME DO RESPONSÁVEL</b> Ivaneide Bandeira Cardozo				<b>CPF</b> 063.001.702-68	
<b>CI/ÓRGÃO EXPEDIDOR</b> 63.959-SSP-RO	<b>CARGO</b> Coordenadora Geral	<b>FUNÇÃO</b> Coordenação	<b>MATRÍCULA</b> -		
<b>ENDEREÇO</b> D. Pedro II, 1892, sala 7, Nossa Senhora das Graças				<b>CEP</b> 76804116	

### 2. OUTROS PARTICÍPEIS

<b>NOME</b> EQUIPE DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA/ ACT- BRASIL		
<b>ENDEREÇO</b> SAS Q 3 bloco C Edifício Business Point, salas 301 – 306	<b>CEP</b> 70070-934	<b>CIDADE/ESTADO</b> Brasília/DF
<b>FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO</b>		
<b>ENDEREÇO</b> Av. Padre Eutíquio 2315	<b>CEP</b> 66033-000	<b>CIDADE/ESTADO</b> Belém-PA
<b>APIM – ASSOCIAÇÃO DO POVO INDÍGENA DO MAPUERA</b>		
<b>ENDEREÇO</b> Av Barão do Rio Branco, s/n, São José	<b>CEP</b>	<b>CIDADE/ESTADO</b> Oriximiná / PA
<b>ENDEREÇO</b>	<b>CEP</b> 66095-770	<b>CIDADE/ESTADO</b> Belém-PA

### 3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

<b>TÍTULO DO PROJETO</b> ETNOZONEAMENTO DA PORÇÃO PARAENSE DAS TERRAS INDÍGENAS TROMBETAS MAPUERA, NHAMUNDÁ MAPUERA E ÁREAS OCUPADAS POR INDÍGENAS LOCALIZADAS NA FLORESTA ESTADUAL DO TROMBETAS: GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA DAS AREAS PROTEGIDAS DA CALHA NORTE DO ESTADO DO PARÁ.	
<b>INÍCIO</b> 2010	<b>TÉRMINO</b> 2011
<b>IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO</b> Etnozoneamento da porção paraense das Terras Indígenas Trombetas Mapuera, Nhamundá Mapuera e áreas ocupadas por indígenas localizadas na Floresta Estadual Trombetas, com vista à elaboração futura do Plano de Gestão ambiental e territorial integrada das áreas protegidas da calha norte do Estado do Pará.	

## 1. APRESENTAÇÃO

As terras indígenas do Pará possuem alta relevância estratégica para o ordenamento territorial e para conservação e uso sustentável da sociobiodiversidade do Estado, pois ocupam quase 25% do território paraense. As Terras Indígenas são componentes fundamentais de conservação da biodiversidade, tanto pela variedade ou singularidade dos ecossistemas e riqueza de espécies que abrigam ou pela configuração territorial estratégica que ocupam em relação às diversas categorias de Unidades de Conservação (UC's) – formando cinturões territoriais de efetiva proteção contra o desmatamento e grilagem de terras – quanto pela situação de relativa preservação de seus recursos naturais, tendo sido apontadas como territórios que são mais efetivos à conservação do que as próprias Unidades de Conservação de Uso Integral, onde não é permitido habitação humana.

Tendo em vista todos estes fatores a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Pará (SEMA), através de sua Diretoria de Áreas Protegidas/Coordenadoria de Ecossistemas/Gerência de Proteção do Meio socioeconômico e Cultural, elaborou o projeto "Conservação da Biodiversidade em Terras Indígenas do Pará" (CONBIO- Indígena) com vista a promover ações que fortaleçam a capacidade dos povos indígenas do Pará de promover a conservação da biodiversidade em seus territórios e com intuito de atender suas demandas<sup>1</sup> relacionadas à promoção da melhoria de suas qualidades de vida.

O projeto CONBIO- Indígena já se encontra em fase inicial de execução. Foram realizadas várias atividades, onde se procurou em 2008, num primeiro momento, possibilitar capacitação de sua equipe técnica, através de realização de encontros e reuniões com equipes técnicas de organismos governamentais e não governamentais que já tinham experiências consolidadas de atividades de gestão ambiental em Terras Indígenas e num segundo momento procurou formar e consolidar um arranjo institucional e organizacional para viabilização do projeto, tal como, a *Rede organizacional e institucional para conservação da biodiversidade em Terras Indígenas do Pará*, apresentada em janeiro de 2009 no Fórum Social Mundial realizado em Belém, possibilitando trocas de saberes técnicos/científicos e políticos entre entidades governamentais e não governamentais, indígenas e indigenista, no que diz respeito às ações que beneficiem os povos indígenas e a conservação de seu recursos naturais, base de

<sup>1</sup> Em 2008 o Governo do Estado do Pará instituiu e organizou a "Semana dos Povos Indígenas", evento que recebeu a presença de 36 nações indígenas constantes do território do Estado paraense. Na oportunidade, estes povos elaboraram um documento denominado de "Carta dos Povos Indígenas", assinado por 91 (noventa e uma) lideranças indígenas a qual sintetizou 60 (sessenta) demandas elaboradas no tocante a várias áreas de políticas públicas (segurança, educação, meio ambiente, saúde, infraestrutura, etc.) e, no geral, a Governadora do Estado comprometeu-se em atender tais solicitações dentro das possibilidades materiais e jurídicas do Estado do Pará. A governadora institui o Comitê Intersetorial de Políticas Indigenistas do Estado do Pará, do qual a SEMA é membro atuante para articular os órgãos de governo na execução de programas e projetos que atendessem as demandas indígenas.

suas subsistências, e também no intuito de melhor escolher as metodologias de cunho participativo para a promoção das metas do projeto CONBIO-indígena.

Em junho de 2009 a SEMA realizou, com apoio da Cooperação Técnica Alemã (GTZ) e TNC-Brasil a "1ª Oficina de Trabalho para o Etnomapeamento e Etnozoneamento das Terras indígenas do Pará: ferramentas de Gestão Ambiental", onde foi definido que a primeira área de atuação do projeto CONBIO-indígena seriam as Terras Indígenas Trombetas Mapuera, Nhamundá Mapuera e áreas indígenas localizadas na FLOTA Trombetas, situadas numa área prioritária para conservação da biodiversidade.

Nesta oficina de trabalho foram convidadas várias lideranças indígenas e também várias organizações governamentais e não governamentais que têm experiências em aplicação de ferramentas de gestão ambiental em terras indígenas de outros Estados do Brasil, tais como etnomapeamento, etnozoneamento e elaboração de planos de gestão ambiental, para apresentarem à equipe técnica do projeto os passos metodológicos de elaboração do etnomapeamento e etnozoneamento em terras indígenas.

Etnozoneamento foi definido pelos participantes da oficina como uma ferramenta de diagnóstico e planejamento para gestão de terras indígenas, elaborado de forma participativa, respeitando a autonomia e a diversidade cultural indígena e objetivando contribuir para a preservação, conservação, manejo e uso sustentável dos recursos naturais e também especificamente visando apoiar: a elaboração dos planos de gestão ambiental de Terras Indígenas, o processo de fortalecimento das organizações indígenas, a elaboração de planos, projetos de etnodesenvolvimento, a promoção da proteção, controle e vigilância e a gestão integrada das terras indígenas do Pará.

Na ocasião da 1ª Oficina de Trabalho a Associação de defesa Etnoambiental Kanindé, assim como a ACT-Brasil e GTZ puderam apresentar os resultados dos trabalhos de etnomapeamento e etnozonamento realizados por suas equipes técnicas em diferentes terras indígenas da Amazônia. A Kanindé e ACT-Brasil puderam iniciar um diálogo promissor com a equipe técnica da GEMEC (SEMA) e informar que foram contatadas pela Associação dos Povos Indígenas do Mapuera (APIM), interessada em desenvolver parceria para realização de trabalhos de etnomapeamento e etnozoneamento das terras Indígenas Nhamundá Mapuera, Trombetas Mapuera e áreas ocupadas por indígenas (Kaxuyana, Kahyana, Tunayana e Tikyana) que estão dentro da FLOTA Trombetas.

A Kanindé, ACT-Brasil, APIM e SEMA puderam perceber que coincidentemente possuíam interesses em comum, pois todos estavam interessados em realizar o etnomapeamento, etnozoneamento e plano de gestão ambiental das Terras indígenas na calha norte do Estado do Pará.

A Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, vem desenvolvendo desde 2000 a metodologia de

Diagnóstico Etnoambiental Participativo, Etnozoneamento e Planos de Gestão em Terras indígenas. Esta já foi aplicada em cinco territórios indígenas distribuídos em Rondônia e sul do Amazonas, gerando excelentes resultados como descoberta de espécies novas para a ciência, fortalecimento das organizações indígenas e melhoria da qualidade de vida e autonomia das comunidades envolvidas. Essa metodologia ganhou o Prêmio Chico Mendes de Meio Ambiente, edição 2007, na categoria Ciência e Tecnologia, como destaque em metodologia de Gestão de territórios indígenas.

Desde 2005, a convite dos povos indígenas da região, a Kanindé vem trabalhando no fortalecimento da Associação dos Povos Indígenas do Mapuera - APIM, buscando valorizar a cultura indígena e autonomia dos povos representados por esta associação de modo a fortalecer a gestão ambiental integrada com as áreas protegidas da calha norte do Estado do Pará.

A Equipe de Conservação da Amazônia – ACT Brasil, associação sem fins lucrativos qualificada como OSCIP pelo Ministério de Justiça com sede em Brasília, e escritórios em Amapá e Amazonas e representações em Rondônia e Pará tem como missão trabalhar no fortalecimento de comunidades tradicionais na parte de cultura e gestão territorial. A organização já desenvolve desde 2002 trabalhos na T.I. Tumucumaque e Rio Paru D'este no Pará para o fortalecimento das associações indígenas e na parte de mapeamento e gestão ambiental e territorial. Ela também desenvolve parcerias com IBAMA, ICMBio, UNIFAP e SEMA do Amapá, entre outras parcerias voltadas para o fortalecimento e capacitação de agentes ambientais indígenas e guarda parques não indígenas.

No âmbito das áreas Trombetas Mapuera e Nhamundá Mapuera, a ACT Brasil desde 2009 desenvolve uma parceria com a FUNAI, Kanindé e as Associações indígenas APIM e APITIKATXI (Associação dos Povos Indígenas Tiriyo, Kaxuyana e Txikuyana) para a realização de um trabalho de etnomapeamento da região, trabalho que entrará como contra partida no processo de etnozoneamento.

Até o momento foram desenvolvidas pela Kanindé e APIM, junto aos povos indígenas da Calha Norte do Estado do Pará, capacitações em gestão administrativa e financeira, inclusão digital, secretariado, assessoria nas relações interinstitucionais, formação de guarda parque indígena, estruturação do escritório da APIM e apoio a participação nas diversas reuniões e seminários de políticas públicas, bem como a busca novos parceiros como é o caso da Equipe de Conservação da Amazônia – ACT BRASIL que em parceria com a Kanindé e APIM já estão atualmente finalizando os trabalhos de Mapeamento Cultural Participativo junto aos povos indígenas Wai-Wai, Kaxuyana, Kahiana e Tunayana, com resultados bastante promissores. Os trabalhos de etnomapeamento que estão em fase de finalização, são primordiais para fortalecimento das metas do Projeto CONBIO Indígena na Calha Norte e são prerrogativas importantes para a execução do etnozoneamento.

A Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, a ACT- Brasil e a APIM querem oficializar através da



execução de um convênio a sua parceria técnica com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará, tendo em vista que o desafio apresentado na execução deste projeto de etnozoneamento de terras indígenas exige a visão clara de que estas são cada vez mais estratégicas para o Brasil e também para fins de conservação da biodiversidade mundial, e de que é necessário garantir a autonomia dos povos indígenas de estabelecer suas prioridades no que diz respeito aos seus processos de desenvolvimento.

## 2. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Na região da Calha Norte do Rio Amazonas, onde se localizam a Terras Indígenas Trombetas Mapuera e Nhamundá Mapuera foram criadas em 2006, cinco Unidades de Conservação Estaduais (UC) o que alterou significativamente a geopolítica da região, já que foi introduzido um novo desenho territorial antes nunca imaginado pelas populações tradicionais que aí vivem.

Neste novo desenho territorial as unidades de conservação, somadas às outras UC's e Terras Indígenas nessa região, formam o maior bloco de florestas protegidas oficialmente no mundo, o que corresponde a 81% (22 milhões de hectares) da região. Este Bloco de UC's e TI's liga o Corredor Central da Amazônia ao Corredor de Biodiversidade do Amapá, formando o maior corredor de biodiversidade do planeta (Ver mapas 1 e 2 em anexo).

Tipo de Uso/Grupo	Categoria e Nome	Área (ha)
Proteção Integral	Reserva Biológica do Maicuru	1.151.761
Proteção Integral	Estação Ecológica do Grão-Pará	4.245.819
Sustentável	Floresta Estadual de Faro	635.936
Sustentável	Floresta Estadual do Parú	3.612.914
Sustentável	Floresta Estadual do Trombetas	3.172.978
Total		12.819.408

Quadro 1: Unidades de Conservação Estaduais Criadas em 4 de Dezembro de 2006 na Região da Calha Norte, Estado do Pará

As inúmeras oportunidades advindas da criação destas UC's colocam diante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará, órgão do Governo do Estado, responsável pela gestão das UC's estaduais, o desafio de promover a implementação e gestão ambiental integrada deste "megabloco" de unidades de conservação às Terras Indígenas da região, de modo a garantir que os objetivos pelas quais

às UC's foram criadas possam ser alcançados.

No entanto, tendo em vista que a equipe técnica da GEMEC/CEC/DIAP/SEMA-PA ainda não domina a aplicação das ferramentas de gestão ambiental em terras indígenas que têm sido aplicadas com sucesso em outros Estados da Amazônia. E que estas ferramentas de gestão estão em via de serem internalizadas no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Terras Indígenas que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e povos indígenas estão construindo coletivamente. Torna-se fundamental a celebração do convênio para execução do etnozoneamento nas terras Indígenas da Calha Norte, tanto para os indígenas que ali residem, como para gestão integrada da Calha Norte, assim como para a assimilação dessas metodologias pela equipe técnica da SEMA para sua replicação futura em outras terras indígenas do Estado do Pará, como prevê as ações do Projeto CONBIO-indígena.

As Terras Indígenas Trombetas Mapuera e Nhamundá Mapuera e áreas da FLOTA Trombetas onde também habitam secularmente os povos indígenas Kaxuyana, Tunayana, Kahyana, Txikuyana, compreendem juntas um imenso território indígena mais de seis milhões de hectares<sup>2</sup>.

Os índios que habitam as terras indígenas Nhamundá-Mapuera e Trombetas-Mapuera ao longo do rio Mapuera são conhecidos como *Wai Wai*, embora pertençam a vários grupos do complexo cultural Tarumã/Parukoto: Hixkariana, Katuena, Kaxuyana, Mawayana, Tyrió, Waptxana, Xerew e Wai Wai (Catherine Howard, 2002) compreendendo um total de 16 grupos étnicos.

A população indígena existente ao longo do rio Mapuera é de 1594 habitantes, compreendendo 790 indivíduos do sexo masculino e 804 do sexo feminino. Deste total, 974 habitantes pertencem à principal aldeia da região, chamada de Mapuera, segundo dados do censo vacinal (Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, 2007). (Figura1)

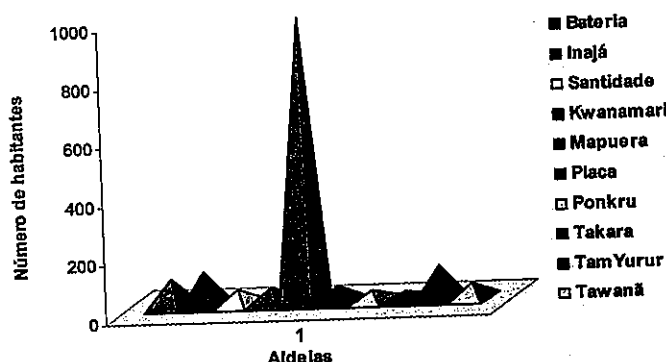


Figura 1. Distribuição populacional das aldeias ao longo do rio Mapuera- Município de Oriximiná.

<sup>2</sup> A FUNAI está neste momento em processo final de estudos para possível identificação da área indígena dos Kaxuynas.

Um dado positivo e ao mesmo tempo preocupante está relacionado ao número de jovens existentes na região. A faixa etária de 0 – 19 anos, atinge 56% da população, enquanto a soma desta com a faixa de 20 – 29 anos ultrapassa aos 70%. (Figura 2).

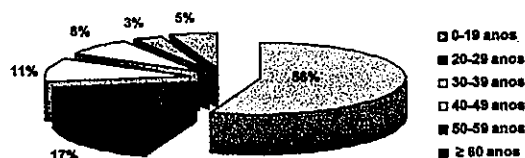


Figura 2. Valores percentuais da faixa etária da população indígena da região do Mapuera.

Este resultado demonstra que os índices demográficos nesta região, que tem prioridades de conservação da biodiversidade, são crescentes, muito acima da média do crescimento da população brasileira. Esta população que é etnicamente diversa, certamente pressionará os recursos naturais da região, necessitando de orientação para gestão ambiental de seu território. Em todas as aldeias, por exemplo, há predominância de crianças e jovens (Figura 3).

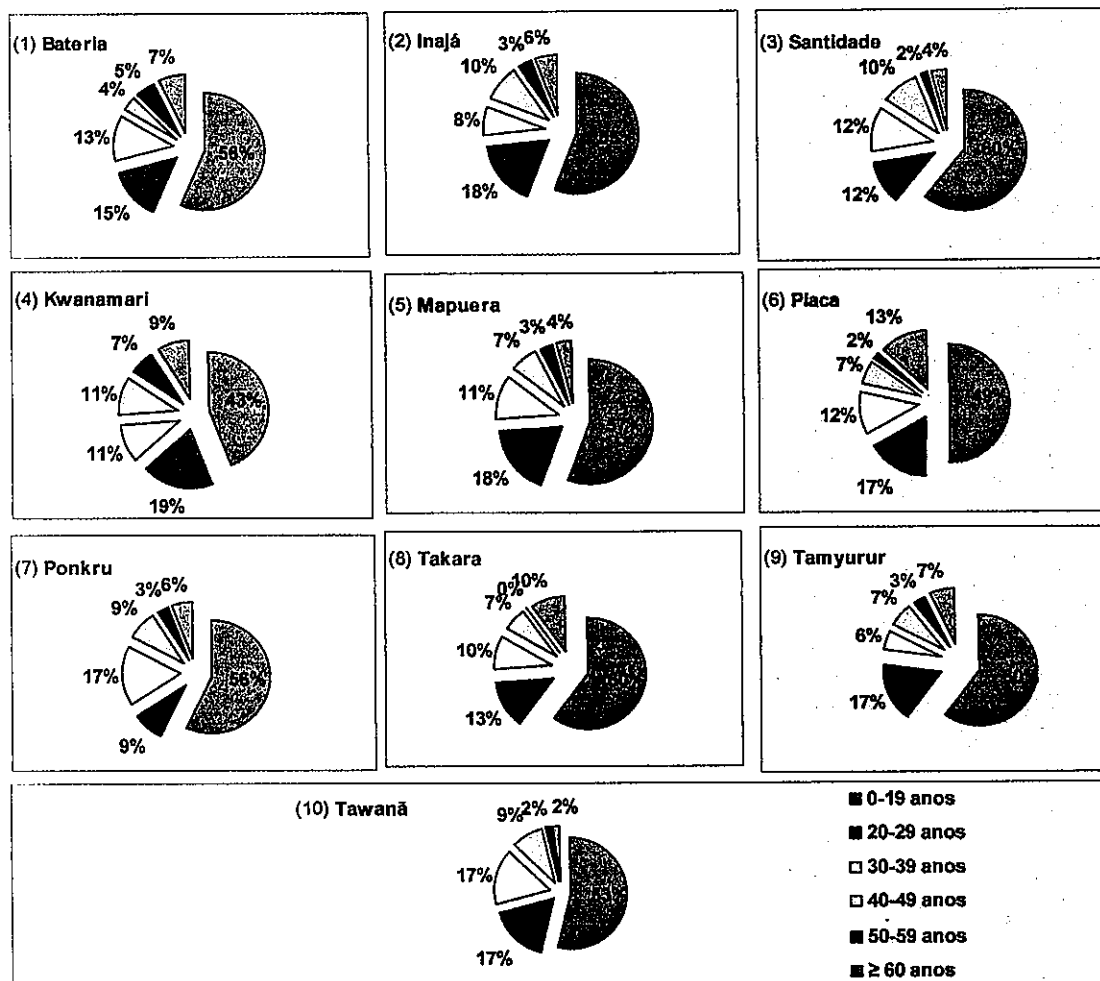


Figura 3. Valores percentuais da faixa etária por aldeia da região do Mapuera

Na Terra Indígena Nhamundá Mapuera está localizada a aldeia Mapuera, uma das mais populosas da região, contando com uma população de mais de mil e duzentos indivíduos. Nesta aldeia já se tem relato de escassez de recursos naturais, que têm sido insuficientes para abastecer de forma satisfatória este grupamento populacional incomum para região. É possível observar que no entorno da Aldeia, por exemplo, já se tem predominância de áreas desmatadas e em possível estado de degradação (Ver fotos 1, 2 e 3 em anexo). A população indígena da área necessita realizar longas jornadas para ter acesso às roças familiares e também para realizar atividades de caça.

É neste cenário, onde existe a premissa governamental de conservação da surpreendente sociobiodiversidade desta região, que as ações previstas neste projeto de Etnozoneamento podem auxiliar os povos indígenas que vivem nas Terras Indígenas Trombetas Mapuera, Nhamundá Mapuera e áreas indígenas da FLOTA Trombetas a visualizarem seus territórios no contexto desta nova geopolítica territorial e no contexto de gestão ambiental integrada, percebendo o novo desenho das fronteiras políticas que recentemente foram traçadas e adaptando a ele seu modo de vida, dando possibilidades que perpetuem seus modos sustentáveis de viver articulados intimamente com os elementos do meio ambiente.

### **3. DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA.**

A metodologia do etnozoneamento compreende nove fases de execução. Na primeira fase serão contratados os coordenadores técnicos indígenas e não indígenas e coordenadores indígenas e não indígenas de logística, assim como os seis coordenadores temáticos para realizarem junto às comunidades indígenas uma primeira reunião técnica para organização e planejamento dos trabalhos.

A segunda fase consiste na coleta e análise de informações secundárias sobre a área de estudo, que será realizada pelos coordenadores temáticos e encaminhada à coordenação técnica.

Na terceira fase a equipe contratada realiza a atividade de reconhecimento de campo (survey). Na quarta fase é necessária a realização de uma segunda reunião de planejamento participativo em uma aldeia indígena da área de estudo para a qualificação dos pesquisadores indígenas.

Na quinta fase haverá a realização de levantamento de campo pela equipe contratada, com a participação ativa dos pesquisadores indígenas indicados pelas comunidades.

Na sexta fase de trabalho a equipe contratada elaborará os relatórios temáticos para apresentar aos coordenadores técnicos que ficarão responsáveis de consolidar o relatório de Diagnóstico Etnoambiental Participativo.

A sétima fase os coordenadores técnicos e coordenadores temáticos irão realizar uma 1ª Oficina

de apresentação e validação do relatório do Diagnóstico Etnoambiental participativo junto às comunidades indígenas envolvidas.

Na oitava fase, os mesmos coordenadores realizarão a 2ª Oficina de elaboração e validação do Etnozoneamento. Na nona fase os coordenadores técnicos e SEMA e demais parceiros convidados irão entregar o documento final do etnozoneamento das Terras Indígenas Trombetas Mapuera, Nhamundá Mapuera e povos indígenas localizados na Flota-Trombetas.

Para a elaboração do Diagnóstico Etnoambiental Participativo, necessário para elaboração do Etnozoneamento será realizado reuniões de planejamento, levantamento de campo nas áreas temáticas de meio físico, vegetação, mastofauna, ictiofauna, avefauna e etnohistoria, as duas oficinas de trabalho para apresentação e validação do relatório sobre o diagnóstico etnoambiental e finalmente a elaboração e validação do etnozoneamento junto aos povos indígenas.

É importante salientar que toda metodologia de execução do etnozoneamento necessita da participação proativa de todos os grupos étnicos e suas respectivas comunidades envolvidas no projeto, havendo a necessidade de formação continuada dos pesquisadores indígenas para coleta de dados sobre socioeconômica e cultura, biodiversidade e meio físico, assim como havendo existe a necessidade da formação de uma equipe indígena para realizar ações de comunicação dentro da área de atuação do projeto, para isso será necessário a execução do **PLANO DE COMUNICAÇÃO** (Ver em anexo), assim como atividades de avaliação e monitoramento das ações do projeto de etnozoneamento. Segue a descrição mais detalhadas das metodologias de execução do Diagnóstico etnoambiental e Etnozoneamento.

### **3.1. Atividades para elaboração do Diagnóstico Etnoambiental Participativo**

O Diagnóstico Etnoambiental Participativo promove o diálogo entre as ciências sociais, exatas, biológicas e os conhecimentos tradicionais indígena. O diagnóstico é então uma ferramenta para auxiliar as atividades de gestão etnoambiental do território indígena em questão.

As áreas temáticas a serem pesquisadas devem ser selecionadas de acordo com a necessidade da comunidade. Estas podem ser escolhidas com base na caracterização biótica, meio físico, etnohistórica e socioeconômica, destacando-se aí os potenciais econômicos dos produtos, sempre aliados à preservação dos aspectos culturais dos indígenas e ao uso responsável dos recursos naturais da terra indígena.

Em novembro de 2009, na ocasião da Assembléia anual ordinária dos Povos Indígenas do Mapuera, realizada com apoio da SEMA e organizações parceiras, foi realizada também a Oficina Preparatória do etnozoneamento onde foram sugeridas e aprovadas pelos indígenas participantes as seguintes áreas temáticas de investigação para a execução do etnozoneamento:

**A) Levantamentos sócio-culturais:**

- Etnohistória;
- Socioeconomia<sup>3</sup>

**B) Levantamentos biológicos:**

- Ictiofauna;
- Avefauna;
- Mastofauna;
- Vegetação;

**C) Levantamentos geográficos:**

- Clima;
- Geomorfologia;
- Hidrografia;
- Solos

**D) Levantamentos geológicos:**

- Geologia, sem estudos na área de mineração;

**3.2. Realização dos estudos em campo: itens metodológicos principais**

**3.2.1. As seguintes atividades deverão ser desenvolvidas na 1ª Oficina de trabalho para o Levantamento:**

- Apresentação da equipe de coordenação e pesquisadores à comunidade;
- Apresentação da metodologia em linguagem simples à comunidade;
- Definição dos acordos e procedimentos a serem adotados na Terra Indígena;
- Definir e apresentar a área a ser pesquisada para apreciação e aprovação da comunidade;
- Plotagem em mapas ou cartas imagens das áreas a serem pesquisadas;
- Orientação aos pesquisadores indígenas sobre a metodologia de trabalho de campo;
- Apresentação das equipes de acordo com a área temática com a qual irão trabalhar. Cada pesquisador contratado em acordo com a coordenação técnica deverá estabelecer seus procedimentos metodológicos de trabalho de campo;

• <sup>3</sup> O Termo de Referência da contratação pela GTZ da consultoria para realização de Estudo da produção, comercialização e beneficiamento de produtos extrativistas, especialmente a Castanha do Brasil na TI Trombetas Mapuera e TI Nhamundá Mapuera está em anexo a este Plano de Trabalho.

- Estudo e definição das regiões a ser trabalhadas por cada pesquisador. Isso evitará que um pesquisador entre na área do outro, prejudicando assim os trabalhos de ambos;
- Firmamento dos acordos e procedimentos que deverão ser adotados entre a equipe.

As pesquisas do meio biológico devem ser realizadas somente em uma fase a ser definida na reunião técnica com os pesquisadores, de modo que se possa constatar fenômenos ecológicos como migração de espécies, uso de habitats, espécies sinérgicas, entre outros. O ideal é que fosse possível verificar e avaliar a sazonalidade, acompanhando as mudanças provocadas nos diferentes períodos dentro das Terras Indígenas.

### *3.2.2. Abertura de Trilhas e Pesquisas de Campo.*

Nesta fase é necessária a preparação dos locais de amostragem definidos previamente pelos pesquisadores indígenas e não indígenas, de acordo com as etapas a seguir:

1. O Coordenador de Logística deverá se reunir com os pesquisadores indígenas e do meio biótico para definir a região onde serão abertas as trilhas de pesquisa do meio biótico;
2. O Coordenador de Logística precisará orientar a equipe de indígenas escolhida pela comunidade sobre quais procedimentos serão adotados para a abertura das trilhas. É importante que a comunidade seja avisada a não utilizar ou caçar nas trilhas durante todo o período de execução dos trabalhos de campos;
3. Cada equipe de pesquisa deve ser formada por pesquisadores indígenas e não-indígenas;
4. Nos levantamentos bióticos, a preferência é que o pesquisador indígena seja bom conhecedor da fauna e flora local. Geralmente a escolha é de caçadores e pescadores das aldeias;
5. Antes de seguirem a campo, o pesquisador não indígena explicará aos pesquisadores indígenas os métodos de pesquisa científica;
6. A cada retorno do campo, a equipe deverá se reunir para discutir os resultados e preparar a agenda e os materiais do dia seguinte;
7. Ao término da pesquisa de campo, os pesquisadores poderão se reunir e relatar os resultados prévios. Esse procedimento é útil para que toda a equipe tome conhecimento e possa colaborar;
8. Todos os espécimes animais e vegetais avistadas deverão ser identificadas. É importante que essa catalogação seja feita utilizando os termos indígenas pelos quais os espécimes são conhecidos naquele território. Caso não haja a identificação imediata da espécime avistada, será realizada sua captura o registro fotográfico minucioso de sua anatomia, evitando-se ao

máximo sua coleta.

9. Os relatórios técnicos devem então ser elaborados pelos pesquisadores e entregues ao Coordenador Técnico dos Trabalhos para o Diagnóstico Etnoambiental e Etnozoneamento para que este possa sistematizá-los. Em seguida, o relatório pode então ser apresentado ao Coordenador Geral. Juntos, coordenadores técnico e geral organizarão as oficinas e os próximos passos para o Etnozoneamento;
10. Caso haja coleta de espécies testemunho<sup>4</sup> da fauna ou flora, no caso de possíveis novas espécies ainda não identificadas pela ciência, após a identificação elas devem ser depositadas preferencialmente em instituições de pesquisa do estado ou região em que foram coletadas, onde haja curadoria;

### **3.3. Validação do Diagnóstico Etnoambiental Participativo junto às comunidades indígenas e elaboração do Etnozoneamento**

A *validação* consiste na aprovação ou possível correção dos resultados obtidos nos trabalhos de campo e apresentados para a comunidade indígena. Esta é realizada em reunião com a comunidade, onde os dados são apresentados para conhecimento e ajustes necessários.

### **3.4. Elaboração do Etnozoneamento**

O etnozoneamento é elaborado, logo após a validação coletiva dos levantamentos de campo, com a realização da 2ª Oficina com as comunidades indígenas e suas lideranças, pesquisadores indígenas e não indígenas, convidados e coordenadores do diagnóstico, associações indígenas e representantes de entidades governamentais e não governamentais que atuam na Terra Indígena.

O coordenador técnico, com apoio de um moderador indígena, apresentará os resultados do diagnóstico etnoambiental, articulados aos mapas resultantes do etnomapeamento já realizado em 2009 pela parceria Kanindé, ACT-Brasil e APIM. Logo após a esta apresentação são definidos os grupos de trabalho para discutir e propor indicações de categorias de zonas que serão estabelecidas e validadas em plenária indígena para o etnozoneamento em questão.

Nos trabalhos para o Etnozoneamento, o território estudado é normalmente dividido em Zonas. Cada uma delas deverá ter uma definição específica sobre seus objetivos traçados, resultados obtidos, indicadores históricos, de fauna e flora, normas gerais e as atividades ali permitidas. As zonas podem e

<sup>4</sup> Espécie testemunho é o indivíduo que será coletado durante a pesquisa, seja da fauna ou flora, atesta cientificamente a presença deste indivíduo no local.



devem ter os nomes escolhidos pela comunidade. Para melhor entendimento das comunidades indígenas, sugerimos o estabelecimento das seguintes zonas, nomes estes resultados dos diagnósticos já realizados em outras áreas indígenas:

1. Zona de Proteção Integral;
2. Zona de Produção;
3. Zona de Recuperação;
4. Zona Sagrada;
5. Zona de Caça;
6. Zona Primitiva;
7. Zona de Resgate.
8. Zona de Uso Público

**Zona de Proteção Integral** - Para a Zona de Proteção Integral (PI) será levado em consideração a alta riqueza de espécies que necessitam de proteção, ou até mesmo o seu caráter endêmico. Ou seja, essa zona delimita espaços normalmente onde a fauna e flora são de ocorrências exclusivas daquela região. Outro ponto a ser considerado é o grau de dificuldade de acesso nestes locais, prevendo e reduzindo o potencial de antropização que aquela zona possui. Uma caracterização marcante da área são as serras, os igarapés e os rios, onde podem estar localizadas as principais nascentes da terra indígena.

**Zona de Produção** - A Zona de Produção (ZP) deve considerar a vegetação, as condições do solo, a localização dos roçados e, conseqüentemente, todas as áreas que podem estar sendo utilizadas para a produção agrícola e extrativista localizada no entorno das aldeias.

**Zona de Recuperação** - A Zona de Recuperação (ZR) é delimitada exclusivamente pelo fato de ser uma área que necessita de recuperação por ter sofrido desmatamento. Ou seja, esta é uma área que, segundo os indígenas, deve ser recomposta.

**Zona Sagrada** - A Zona Sagrada (ZS) é normalmente caracterizada pela existência de cemitérios e lugares onde os espíritos habitam.

**Zona de Caça** - A Zona de Caça (ZC) é caracterizada como locais e rotas de caça utilizados e identificados pela comunidade.

**Zona Primitiva** - A Zona Primitiva (ZPT) é caracterizada pelo seu estado de preservação. É normalmente identificada por não ter sofrido com ações de desmatamento. As ações e atividades nesta zona serão voltadas para a proteção e conservação de seu estado primitivo.

**Zona de Resgate** - A Zona de Resgate (ZRG) consiste em toda a região anteriormente ocupada pelos indígenas e que ficou fora da demarcação, realizada pela Fundação Nacional do Índio

**Zona de Uso Público** - Zona de Uso Público (UP) corresponde aos locais específicos de acesso para

visitantes que buscam atividades conservacionistas e ecoturísticas. Dependendo da demanda das diversas comunidades indígenas podemos sugerir mais esta.

Para a sistematização, todas as zonas sugeridas, quando definidas em seus limites, são habitualmente inseridas no mapa em cores diferenciadas.

Logo após a discussão e aprovação das zonas escolhidas pela plenária indígena os dados validados serão sistematizados em conjunto com as informações do diagnóstico etnoambiental realizado anteriormente e serão encaminhados para publicação em livro. A editoração e impressão dos livros vão ser realizadas na editora da ACT-Brasil para serem posteriormente entregues às comunidades indígenas envolvidas no projeto, assim como serão encaminhadas cópias da publicação para a SEMA e parceiros.

#### **4. ACORDOS**

- a. Conforme acordo com a comunidade indígena, aprovado em Assembleia Geral, realizada em novembro de 2009, fica estabelecido que todos os indígenas que participarem nas equipes envolvidas (pesquisa, logística, coordenação) no Etnozoneamento receberão diárias de trabalho. Fica entendido que todas as atividades deste projeto retiram os indígenas das atividades rotineiras e tradicionais, justificando assim o pagamento.
- b. Após a celebração de convênio, será realizado Termo de Cooperação Técnica entre a Associação de Defesa Etnoambiental – Kanindé, Equipe de Conservação da Amazônia ACT-BRASIL e Associação dos Povos Indígenas do Mapuera – APIM e Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

## **5. AVALIAÇÃO DO PROJETO**

O projeto também deverá possuir mecanismos de avaliação da eficácia de sua implementação juntos aos povos indígenas. Os povos indígenas da área de trabalho deverão ao final do projeto estar cientes e informados sobre a importância do etnozoneamento para o fortalecimento de suas capacidades de conservação da biodiversidade, assim como para melhoria de suas qualidades de vida. Estes também deverão adotar e internalizar o desenho do etnozoneamento em suas práticas de uso dos recursos naturais das terras indígenas que habitam, bem como respeitar a legislação estabelecida para as áreas de Unidades de Conservação que fazem fronteiras políticas com seus territórios.

### **5.1. Mecanismos de avaliação do Projeto**

Reuniões de avaliação periódicas acontecerão no mesmo período nas oficinas e reuniões técnicas feitos com as lideranças indígenas e os coordenadores técnicos do projeto mais representantes das instituições parceiras. Depois de cada fase será feito uma reunião de avaliação. Serão feitos questionários de avaliação para serem preenchidos pelos participantes indígenas do projeto.

### **5.2. Indicadores de eficácia do Projeto**

O número de participantes nas reuniões e oficinas sendo também avaliado o número de aldeias, etnias, comunidades, pessoas de gênero que participam das atividades coletivas do projeto.

O número de pesquisadores indígenas treinados e que continuam implementando atividades de pesquisa na área.

O número de mapas temáticos e relatórios validados pelas comunidades.

O número de aldeias visitadas pelos pesquisadores indígenas e não indígenas do projeto

O número de hectares cobertos pelos trabalhos do diagnóstico e no etnozoneamento.

O número de comunidades cientes e em posse dos resultados e produtos do trabalho.

## **6. SOBRE A PROTEÇÃO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS INDÍGENAS ASSOCIADOS À BIODIVERSIDADE NO PROJETO**

As entidades envolvidas na construção e desenvolvimento do projeto reconhecem e respeitam a legislação internacional e nacional de defesa dos direitos indígenas e proteção dos seus conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

A questão do acesso a conhecimento tradicional é tratada especificamente pela MP 1286-01 que ao conceituá-lo estabelece suas finalidades. Os trabalhos desenvolvidos pela Kanindé e seus parceiros, em vista ao etnozoneamento das áreas definidas por este projeto têm por finalidade a melhoria da qualidade de vida das comunidades indígenas, e não estão relacionadas com os objetivos de práticas comerciais, pesquisas científicas, bioprospecção ou desenvolvimento tecnológico.

O projeto apresentado tem por função estabelecer o etnozoneamento da Terra Indígena Trombetas-Mapuera, Nhamundá Mapuera e áreas ocupadas por indígenas na FLOTA Trombetas, em seu domínio paraense, segundo as cosmovisões de seus povos, prevendo o manejo correto dos recursos naturais na perspectiva de sustentabilidade econômica e proteção da cultura, tradição e do território.

O resultado do etnozoneamento será consolidado em documento cuja titularidade é exclusiva dos povos envolvidos, representados por suas associações e cedido à Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará, para adequação ao zoneamento econômico e ecológico estadual. Isso será garantido formalmente através de acordos de cooperação assinados entre as associações indígenas e entidades parceiras fundamentado em cláusula específica (n.8) sobre o respeito ao direito indígena e ao seu conhecimento tradicional.

## **7. CONTRAPARTIDAS**

Como contrapartida a este projeto de Etnozoneamento de Terras Indígenas da Calha Norte e áreas indígenas da FLOTA Trombetas a Associação Kanindé em parceria com a ACT-Brasil, FUNAI e APIM estarão disponibilizando as informações do projeto que está em fase de finalização de MAPEAMENTO CULTURAL PARTICIPATIVO das áreas em questão, que é um requisito metodológico necessário para execução dos trabalhos de elaboração do etnozoneamento, pois os mapas produzidos pelos pesquisadores indígenas, durante o mapeamento cultural serão articulados às informações produzidas no diagnóstico etnoambiental participativo para sugestão, aprovação e validação pelos indígenas das categorias de zonas de uso dos recursos naturais na ampla região de abrangência do projeto.

O trabalho de etnomapeamento envolve quatro etnias da região sendo os Wai Wai, Kaxuyana, Tunayana, e Kahiya – todas residentes nas áreas pretendidas do etnozoneamento. Foram mapeadas 135 categorias de informação que cobre os itens de uso de recursos naturais, pontos culturais, históricos e meio-físico e também localização de aldeias, infra-estrutura como postos indígenas, estradas e trilhas. Foram mapeados cerca de seis milhões de hectares que são parte das áreas tradicionais e históricas destes povos, somando a maior área já mapeada participativamente num projeto de etnomapeamento no Brasil.

Além disso, a ACT- Brasil também disponibiliza sua editora para publicação de 500 (quinhentos) exemplares do livro bilíngüe com os resultados do diagnóstico etnoambiental participativo e resultados do etnozoneamento que será entregue as comunidades indígenas envolvidas e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

## 8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ATIVIDADES/FASES	PERÍODO DE EXECUÇÃO		
	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
1- Contratação da Coordenação - Reunião Técnica – Organização do Planejamento	X		
2- Coleta e Análise das informações	X		
3- 1º Reconhecimento de Campo	X		
4- 2ª Reunião – Planejamento Participativo	X		
5- Realização do Levantamento de Campo e Estudos Específicos		X	
6- Elaboração e Entrega de Relatórios – Contextualização, Análise Regional e Análise T.I.		X	
7- Oficina de Apresentação e Validação de Relatório			X
8- Oficina de Elaboração e Validação do Etnozoneamento			X
9- Entrega do Relatório Final			X
10- Plano de Comunicação	X	X	

**PLANO DE TRABALHO DETALHADO**  
**ETNOZONEAMENTO DA POÇÃO PARAENSE DAS TERRAS INDÍGENAS TROMBETAS**  
**MAPUERA, NHAMUNDÁ MAPUERA E AREAS OCUPADAS POR INDÍGENAS DA FLORTA**  
**TROMBETAS**

Página 18 de 26

**9. DETALHAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

<b>1ª FASE: Contratação dos Coordenadores e realização da 1ª Reunião Técnica: Organização do Planejamento.</b>							
Atividades	Elemento de Despesa	Quantidade	VL Unitário	VL Total	Quadrimestre		
					1º	2º	3º
<b>Contratação</b>							
Coordenador técnico	339035	01	10.000,00	10.000,00	X		
Coordenador logístico	339035	01	10.000,00	10.000,00	X		
Coordenadores indígenas	339035	02	5.000,00	10.000,00	X		
Especialista em SIG	339035	01	3.000,00	3.000,00	X		
Diárias	339014	60	135,00	16.200,00	X		
1ª Reunião técnica	--	--	--	--	--	--	--
Frete de barco	339036	02	1.300,00	2.600,00	X		
Alimentação	339030	div.	1.000,00	1.000,00	X		
Alojamento	339036	div.	1.000,00	1.000,00	X		
Combustível	339030	1000L	3,10	3.100,00	X		
Passagem aérea e fluvial	339033	div.	14.320,00	14.320,00	X		
Correios	339039	div.	300,00	300,00	X		
Telefone	339039	div.	400,00	400,00	X		
Material de escritório	339030	div.	300,00	300,00	X		
Confecção de camisas	339030	200	18,00	3.600,00	X		
<b>TOTAL PARCIAL</b>	--	--	--	<b>75.820,00</b>	--	--	--

<b>2ª FASE: Coleta e Análise das Informações.</b>							
Atividades	Elemento de Despesa	Quantidade	VL Unitário	VL Total	Quadrimestre		
					1º	2º	3º
Levantamento bibliográfico e compilação de informações	--	--	--	--	X		
Aquisição de imagens	339039	div.	1.500,00	1.500,00	X		
Impressão de material cartográfico p/ campo	339039	div.	1.200,00	1.200,00	X		
<b>TOTAL PARCIAL</b>	--	--	--	<b>2.700,00</b>	--	--	--

**PLANO DE TRABALHO DETALHADO**  
**ETNOZONEAMENTO DA POÇÃO PARAENSE DAS TERRAS INDÍGENAS TROMBETAS**  
**MAPUERA, NHAMUNDÁ MAPUERA E ÁREAS OCUPADAS POR INDÍGENAS DA FLORTA**  
**TROMBETAS**

Página 19 de 26

**3ª FASE: 1º Reconhecimento de Campo.**

Atividades	Elemento de Despesa	Quantidade	VL Unitário	VL Total	Quadrimestre		
					1º	2º	3º
Frete de aeronave	339039	01	10.400,00	10.400,00	X		
Frete de veículo	339039	01	1.000,00	1.000,00	X		
Passagens aéreas	339033	div.	6.800,00	6.800,00	X		
<b>TOTAL PARCIAL</b>	--	--	--	<b>18.200,00</b>	--	--	--

**4ª FASE: 2ª Reunião: Planejamento Participativo.**

Atividades	Elemento de Despesa	Quantidade	VL Unitário	VL Total	Quadrimestre		
					1º	2º	3º
Frete de barco	339036	02	1.300,00	2.600,00	X		
Alimentação	339030	div.	2.000,00	2.000,00	X		
Hospedagem	339036	div.	1.000,00	1.000,00	X		
Combustível	339030	1000L	3,10	3.100,00	X		
Correios	339039	div.	300,00	300,00	X		
Telefone	339039	div.	400,00	400,00	X		
Material de escritório	339030	div.	300,00	300,00	X		
Manutenção de equipamento (barco, motor etc)	339036	div.	1.000,00	1.000,00	X		
Diária	339014	80	135,00	10.800,00	X		
<b>TOTAL PARCIAL</b>	--	--	--	<b>21.500,00</b>	--	--	--

**5ª FASE: Realização de Levantamento de Campo e Estudos Específicos.**

Atividades	Elemento de Despesa	Quantidade	VL Unitário	VL Total	Quadrimestre		
					1º	2º	3º
<b>Contratação:</b>							
Meio físico	339035	01	8.000,00	8.000,00	--	X	--
Vegetação	339035	01	8.000,00	8.000,00	--	X	--
Mastofauna	339035	01	8.000,00	8.000,00	--	X	--
Avifauna	339035	01	8.000,00	8.000,00	--	X	--
Ictiofauna	339035	01	8.000,00	8.000,00	--	X	--
Etnohistória	339035	01	8.000,00	8.000,00	--	X	--
Assistente técnico	339036	10	2.000,00	20.000,00	--	X	--
Assistente indígena	339036	40	1.000,00	40.000,00	--	X	--
Kit pesquisa	339030	div.	20.000,00	20.000,00	--	X	--
Combustível	339030	7500L	3,10	23.250,00	--	X	--
Passagem aérea e fluvial	339033	div.	33.000,00	33.000,00	--	X	--
Diárias	339014	240	135,00	32.400,00	--	X	--
Frete de barco	339036	08	1.300,00	10.400,00	--	X	--

**PLANO DE TRABALHO DETALHADO**  
**ETNOZONEAMENTO DA POÇÃO PARAENSE DAS TERRAS INDÍGENAS TROMBETAS**  
**MAPUERA, NHAMUNDÁ MAPUERA E AREAS OCUPADAS POR INDÍGENAS DA FLORTA**  
**TROMBETAS**

Frete de veículo	339039	div.	2.000,00	2.000,00	--	X	--
Frete de aeronave	339039	div.	5.200,00	5.200,00	--	X	--

(cont.)

5ª FASE: Realização de Levantamento de Campo e Estudos Específicos.							
Atividades	Elemento de Despesa	Quantidade	VL Unitário	VL Total	Quadrimestre		
					1º	2º	3º
Abertura de trilhas	339036	div.	26.000,00	26.000,00	--	X	--
Correios	339039	div.	300,00	300,00	--	X	--
Telefone	339039	div.	400,00	400,00	--	X	--
Material de escritório	339030	div.	300,00	300,00	--	X	--
Alimentação	339030	div.	6.000,00	6.000,00	--	X	--
Hospedagem	339036	div.	1.500,00	1.500,00	--	X	--
Manutenção de equipamento (barco, motor e etc)	339036	div.	3.000,00	3.000,00	--	X	--
<b>TOTAL PARCIAL</b>	--	--	--	<b>271.750,00</b>	--	--	--

6ª FASE: Elaboração e Entrega de Relatórios: Contextualização, análise Regional e Análise de T.I.							
Atividades	Elemento de Despesa	Quantidade	VL Unitário	VL Total	Quadrimestre		
					1º	2º	3º
Correio	339039	div.	300,00	300,00	--	X	--
Telefone	339039	div.	400,00	400,00	--	X	--
Material de construção	339030	div.	300,00	300,00	--	X	--
Cópias heliográficas, plotagem e impressão	339039	div.	2.000,00	2.000,00	--	X	--
<b>TOTAL PARCIAL</b>	--	--	--	<b>3.000,00</b>	--	--	--

7ª FASE: Oficina de Apresentação e Validação do Relatório.							
Atividades	Elemento de Despesa	Quantidade	VL Unitário	VL Total	Quadrimestre		
					1º	2º	3º
Passagem aérea e fluvial	339033	div.	17.340,00	17.340,00	--	--	X
Combustível	339030	2000L	3,10	6.200,00	--	--	X
Alimentação	339030	div.	3.000,00	3.000,00	--	--	X
Hospedagem	339036	div.	1.500,00	1.500,00	--	--	X
Frete de barco	339036	02	1.300,00	2.600,00	--	--	X
Correio	339039	div.	100,00	100,00	--	--	X
Telefone	339039	div.	300,00	300,00	--	--	X
Material de escritório	339030	div.	100,00	100,00	--	--	X
Manutenção de	339036	div.	2.000,00	2.000,00	--	--	X



<b>PLANO DE TRABALHO DETALHADO</b> <b>ETNOZONEAMENTO DA POÇÃO PARAENSE DAS TERRAS INDÍGENAS TROMBETAS</b> <b>MAPUERA, NHAMUNDÁ MAPUERA E AREAS OCUPADAS POR INDÍGENAS DA FLORTA TROMBETAS</b>	Página 21 de 26
---	-----------------

equipamento (barco, motor e etc)							
<b>TOTAL PARCIAL</b>	--	--	--	<b>33.140,00</b>	--	--	--

8ª FASE: Oficina de Elaboração e Validação do Etnozoneamento.							
Atividades	Elemento de Despesa	Quantidade	VL Unitário	VL Total	Quadrimestre		
					1º	2º	3º
Combustível	339030	1000L	3,10	3.100,00	--	--	X
Frete de veículo	339039	div.	1.000,00	1.000,00	--	--	X
Cópias, impressões	339039	div.	1.200,00	1.200,00	--	--	X
Frete de barco	339036	01	1.300,00	1.300,00	--	--	X
Frete de aeronave	339039	01	3.900,00	3.900,00	--	--	X
Alimentação	339030	div.	3.000,00	3.000,00	--	--	X
<b>TOTAL PARCIAL</b>	--	--	--	<b>13.500,00</b>	--	--	--

9ª FASE: Entrega do Documento Final.							
Atividades	Elemento de Despesa	Quantidade	VL Unitário	VL Total	Quadrimestre		
					1º	2º	3º
Versão final (impressão)	339039	9	800,00	7.200,00	--	--	X
Versão final (CD)	339030	20	12,00	240,00	--	--	X
Alimentação	339030	div.	3.000,00	3.000,00	--	--	X
Frete de veículo	339039	div.	1.000,00	1.000,00	--	--	X
Cópia heliográfica	339039	div.	800,00	800,00	--	--	X
Combustível	339030	1000L	3,10	3.100,00	--	--	X
Passagem aérea e fluvial	339033	div.	6.200,00	6.200,00	--	--	X
Correio	339039	div.	100,00	100,00	--	--	X
Telefone	339039	div.	200,00	200,00	--	--	X
Material de escritório	339030	div.	200,00	200,00	--	--	X
<b>TOTAL PARCIAL</b>	--	--	--	<b>22.040,00</b>	--	--	--

10ª FASE: Plano de Comunicação.							
Atividades	Elemento de Despesa	Quantidade	VL Unitário	VL Total	Quadrimestre		
					1º	2º	3º
Confecção e impressão da cartilha bilingüe do etnozoneamento	339039	div.	15.000,00	15.000,00	X	--	--
<b>Oficina de</b>	--	--	--	--	--	--	--

**PLANO DE TRABALHO DETALHADO**  
**ETNOZONEAMENTO DA POÇÃO PARAENSE DAS TERRAS INDÍGENAS TROMBETAS**  
**MAPUERA, NHAMUNDÁ MAPUERA E AREAS OCUPADAS POR INDÍGENAS DA FLORTA**  
**TROMBETAS**

Página 22 de 26

treinamento da equipe de comunicação indígena							
Diária	339014	08	135,00	1.080,00	X	--	--
Alimentação	339030	div.	1.000,00	1.000,00	X	--	--
Combustível	339030	500L	3,10	1.550,00	X	--	--
Frete de barco	339036	01	1.300,00	1.300,00	X	--	--
Passagem aérea e fluvial	339033	div.	1.500,00	1.500,00	X	--	--
Pagto indígena	339036	04	250,00	1.000,00	X	--	--
Aquisição equipamento (datashow, gerador, notebook)	449052	div.	9.500,00	9.500,00	X	--	--
<b>Visita as aldeias</b>	--	--	--	--	--	--	--
Combustível	339030	2000L	3,10	6.200,00	--	X	--
Pagto indígena	339036	04	1.500,00	6.000,00	--	X	--
Alimentação	339030	div.	3.000,00	3.000,00	--	X	--
Diária	339014	20	135,00	2.700,00	--	X	--
Especialista em comunicação	339036	01	3.000,00	3.000,00	--	X	--
Frete de barco	339036	02	1.300,00	2.600,00	--	X	--
Manutenção de equipamento (barco, motor e etc)	339036	div.	2.000,00	2.000,00	--	X	--
<b>TOTAL PARCIAL</b>	--	--	--	<b>57.430,00</b>	--	--	--
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>519.080,00</b>			

**PLANO DE TRABALHO DETALHADO**  
**ETNOZONEAMENTO DA POÇÃO PARAENSE DAS TERRAS INDÍGENAS TROMBETAS**  
**MAPUERA, NHAMUNDÁ MAPUERA E ÁREAS OCUPADAS POR INDÍGENAS DA FLORTA**  
**TROMBETAS**

Página 23 de 26

**10- PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)**

NATUREZA DA DESPESA		TOTAL (R\$)	CONCEDENTE	PREPONENTE
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO			
<b>330000</b>	<b>Despesas Correntes</b>			
339014	Diária Civil	<b>63.180,00</b>	<b>63.180,00</b>	
339030	Material de Consumo	<b>97.940,00</b>	<b>97.940,00</b>	
339033	Passagens e Despesas com locomoção	<b>79.160,00</b>	<b>79.160,00</b>	
339035	Serviços de Consultoria	<b>81.000,00</b>	<b>81.000,00</b>	
339036	Outros Serviços de Terceiros PF	<b>131.400,00</b>	<b>131.400,00</b>	
339039	Outros Serviços de Terceiros PJ	<b>56.900,00</b>	<b>56.900,00</b>	
<b>440000</b>	<b>Investimentos</b>			
449052	Equipamento e Material Permanente	<b>9.500,00</b>	<b>9.500,00</b>	
<b>Contrapartida</b>				
	Mapeamento Cultural	<b>300.000,00</b>		<b>300.000,00</b>
	Editoração e Publicação	<b>40.000,00</b>		<b>40.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>859.080,00</b>	<b>519.080,00</b>	<b>340.000,00</b>

**11. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)**

**Concedente (SEMA)**

- 50% no ato da assinatura do convênio.
- 40% depois da aprovação do relatório do Diagnóstico Etnoambiental pela equipe de monitoramento do projeto e aprovação da Prestação de contas da primeira parcela do convênio.
- 10% após a entrega e aprovação do relatório do etnozoneamento e aprovação da prestação de contas de segunda parcela do convênio.

**12. BIBLIOGRAFIA**

Catherine Howard, 2002

Cruz, Ernesto H. Neto, 1º Relatório de Campo, 2007. Associação de Defesa Etno Ambiental Kanindé.

Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, 2007. Dados da Vacinação Anual.

VILLARES, Luiz Fernando. Terras Indígenas, meio ambiente e sustentabilidade econômica. Brasil Indígena, Ano III, N 5, Fundação Nacional do Índio, dezembro, 2007.

**PLANO DE TRABALHO DETALHADO**  
**ETNOZONEAMENTO DA POÇÃO PARAENSE DAS TERRAS INDÍGENAS TROMBETAS**  
**MAPUERA, NHAMUNDÁ MAPUERA E AREAS OCUPADAS POR INDÍGENAS DA FLORTA**  
**TROMBETAS**

Página 24 de 26

**12. DECLARAÇÃO**

NA QUALIDADE DE REPRESENTANTE LEGAL DO PROPONENTE, DECLARO PARA FINS DE PROVA JUNTO A SEMA, PARA OS EFEITOS E SOB AS PENAS DA LEI, QUE INEXISTE QUALQUER DÉBITO EM MORA OU SITUAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA COM O TESOIRO ESTADUAL OU QUALQUER ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, QUE IMPEÇA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORIUNDOS DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO DO ESTADO NA FORMA DESTES PLANOS DE TRABALHO.

PEDE DEFERIMENTO,

BELÉM / PA, 30 MARÇO DE 2009

  
IVANEIDE BANDEIRA CARDOSO  
COORDENADORA GERAL ASSOCIAÇÃO KANINDÉ

**7. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE**

APROVADO

24/05/2010  
LOCAL E DATA

  
ANIBAL PICANÇO  
Secretário Executivo

[illegible]

A detailed map of French Guiana and its surrounding regions. The map highlights protected areas in black and indigenous lands in white. Key geographical features include the Atlantic Ocean to the east, and neighboring countries: Guyana to the north, Suriname to the north, Brazil to the south, and the state of Pará to the south. The map also shows the Guianas, French Guiana, and the state of Pará. Major cities like Cayenne, Kourou, and Saint-Georges are marked. A scale bar indicates distances up to 200 km. A legend in the top right corner identifies the symbols for protected areas and indigenous lands.

**Mapa 2.** Mosaico de áreas protegidas da Calha Norte, que Liga o Corredor Central da Amazônia ao Corredor de Biodiversidade do Amapá

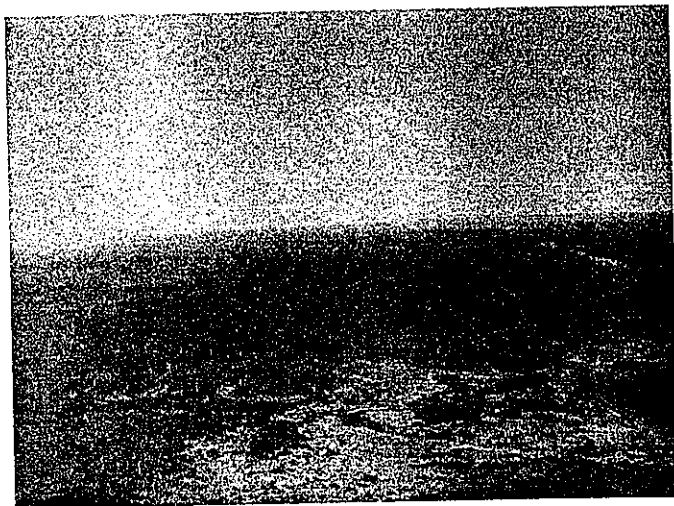


FOTO 1

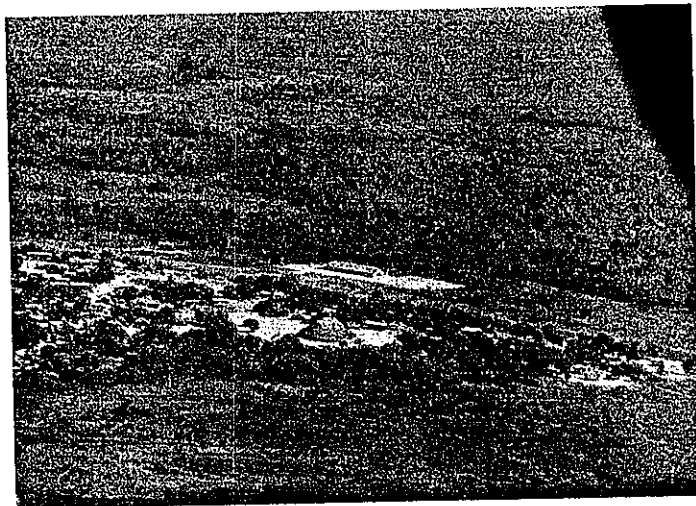


FOTO 2

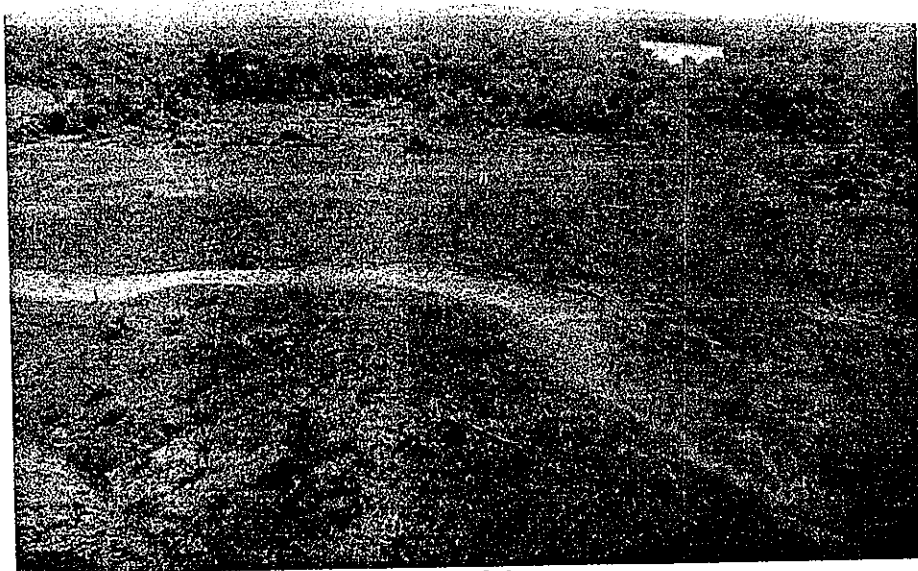


FOTO 3

Foto 1, 2 e 3: vista aérea das áreas desmatadas e provavelmente degradadas no entorno da Aldeia Mapuera- Terra Indígena Nhamundá Mapuera - Calha Norte do Estado do Pará. Novembro de 2009.

# **PLANO DE COMUNICAÇÃO**

**PROJETO DE ETNOZONEAMENTO DA PORÇÃO  
PARAENSE DAS TERRAS INDÍGENAS TROMBETAS  
MAPUERA, NHAMUNDÁ MAPUERA E ÁREAS OCUPADAS  
POR INDÍGENAS NA FLORESTA ESTUDAL DO  
TROMBETAS**

**CALHA NORTE DO ESTADO DO PARÁ**

**Fevereiro de 2010**

## 1. INTRODUÇÃO

Com este plano de comunicação procurou-se formular estratégias que tem como meta estimular a participação social indígena, nas atividades de execução do projeto de etnozoneamento da porção paraense das Terras Indígenas Trombetas Mapuera, Nhamundá Mapuera e áreas ocupadas por indígenas na FLOTA-Trombetas.

A execução do etnozoneamento dessas áreas colabora para o fortalecimento das capacidades indígenas de conservação da biodiversidade das áreas protegidas da Calha Norte do Estado do Pará, assim como propicia condições para que as comunidades realizem seus planos de gestão e manejo de recursos naturais integrados ao planejamento e ordenamento territorial do Estado do Pará.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Pará, por meio de sua Diretoria e Áreas Protegidas/Coordenadoria de Ecossistema/Gerência de Proteção do Meio Socioeconômico e Cultural, já realizou ações de comunicação junto aos povos indígenas da região alvo do projeto e apesar de que suas lideranças já se posicionaram como receptivos a realização dos trabalhos necessários para o etnozoneamento de suas regiões, dando através de realização de assembléia geral das lideranças da região o consentimento prévio para a realização do projeto, existe a necessidade de aprofundar de forma mais enfática as informações sobre o etnozoneamento junto à base das comunidades indígenas, destacando a estas a importância deste trabalho para o seu fortalecimento político das comunidades, planejamento e gestão das terras indígenas em questão.



## **2. AÇÕES PASSADAS DE COMUNICAÇÃO COM OS POVOS INDÍGENAS DA CALHA NORTE.**

Realizamos um histórico de ações comunicativas desempenhadas pela SEMA e seus parceiros: Associação Ethnoambiental Kanindé, ACT-Brasil e Associação dos Povos Indígenas do Mapuera; junto aos Povos Indígenas da porção paraense das Terras Indígenas Trombetas Mapuera, Nhamuhdá Mapuera e áreas ocupadas por povos indígena na FLOTA Trombetas para obter o consentimento da realização do projeto de Etnozoneamento nas áreas em questão.

1. Janeiro de 2009 – Participaram do Fórum Social Mundial quatro lideranças da Calha Norte, evento organizado pela SEMA e CI, onde foi apresentado o Projeto CONBIO – Indígena e a experiência de etnozoneamento no território dos povos Achaninka do Estado de Roraima a convite da SEMA/PA.
2. Agosto de 2009 - Quatro lideranças indígenas da Calha Norte foram convidadas para participar da "Oficina de Trabalho para Etnozoneamento da Terra Indígena Trombetas Mapuera". Na ocasião os técnicos da SEMA realizaram reunião particular com as lideranças indígenas antes da Oficina, onde expuseram o projeto de etnozoneamento e discutiram com indígenas a ação. Na oficina as lideranças puderam assistir as apresentações orais dos convidados da Comissão Pró-Índio Acre, TNC, CI, Museu Goeldi, Kanindé, ACT, SEMA-Acre, sobre as experiências de etnozoneamento realizadas junto aos povos indígenas do Acre, Roraima, povo indígena Kayapó do Pará, dentre outros. Puderam expressar suas opiniões e tirar dúvidas sobre o tema. As lideranças também receberam todas as publicações sobre etnozoneamento, planos de vida elaborados pelos povos indígenas e organizações que foram convidadas pela SEMA para expor suas experiência exitosas nessa Oficina de trabalho.
3. O relatório das discussões ocorridas e todas as apresentações da oficina foram enviados posteriormente em várias cópias para a APIM, a fim de que as lideranças

que vieram à Belém pudessem replicar as informações para as lideranças das outras aldeias atendidas pela Associação.

4. Setembro de 2009- A SEMA deu suporte financeiro para realização de Assembléia Geral extraordinária dos povos indígenas da Calha Norte realizada na Aldeia Mapuera, que dentre os seus objetivos consistia em repassar as informações da Oficina de trabalho realizada em Belém e também para que as lideranças indígenas pudessem discutir junto às comunidades a execução dos trabalhos de etnozoneamento e obter consentimento oficial para realização do projeto.
5. Setembro de 2009- também a SEMA participou a convite da ACT e Kanindé da primeira Oficina para o Etnomapeamento dos Povos Indígenas Wai-Wai, Kaxuyana, Kahiana e Tunayana. Nesta oficina foi apresentado novamente junto às lideranças indígenas e comunidade Kaxuyana o projeto para execução do etnozoneamento.
6. Outubro de 2009- Posse do Conselho Consultivo da Flota Trombetas, oficina de zoneamento e PAOF (Plano Anual de Orçamento Florestal), realizado no período de 21 a 23/10/2009 no CIACA/ Oriximiná. Nesta ocasião a SEMA, por meio da DIAP, Gerente da GEMEC e técnico da CUC, reuniu novamente com os indígenas presentes, em número de dez aproximadamente, da TI Trombetas Mapuera para explicar a realização do Etnozoneamento como instrumento de possibilidade de realização da gestão integrada das Áreas Protegidas da Calha Norte.
7. Novembro 2009- já com o consentimento oficial dos povos indígenas da TI Trombetas Mapuera foi possível organizar em antecedência a Assembléia Geral Ordinária dos Povos Indígenas da TI Trombetas MAPUERA a OFICINA PREPARATÓRIA PARA ETNOZONEAMENTO, onde três representantes da SEMA (Claudia Kahwage, Almiros Machado e Joanísio Mesquita) puderam expor e discutir o projeto de Etnozoneamento da TI Trombetas Mapuera junto a todas as lideranças indígenas deste território, bem como as ações de demarcação e gestão de unidades de conservação no entorno da TI Trombetas Mapuera.
8. Janeiro de 2010- Participação da SEMA, no município de Oriximiná, na 4ª Oficina de trabalho para o mapeamento cultural participativo dos povos indígenas Wai-Wai, Kaxuyana, Kahiana e Tunayana.

## 2. OBJETIVOS DO PLANO DE COMUNICAÇÃO:

- Levar a informação aos povos indígenas e outros atores relevantes da região onde será executado as ações do projeto, sobre a importância e necessidade da execução do etnozzoneamento das Terras Indígenas Trombetas Mapuera e Nhamundá Mapuera e áreas ocupadas por povos indígenas na Floresta Estadual do Trombetas, para fortalecer suas capacidades de empoderamento com vista a conservação da biodiversidade e auxiliá-los em seus processos de desenvolvimento sustentável, proteção/gestão ambiental.
- Contar com a efetiva participação das comunidades indígena nas atividades que serão desenvolvidas para a elaboração do etnozzoneamento.
- Fortalecer o diálogo e o entendimento dos povos indígenas da Calha Norte sobre a proposta de realização do etnozzoneamento em seus territórios.
- Permitir com que as comunidades indígenas, inseridas no âmbito do projeto conheçam as regras de uso dos recursos naturais estabelecidas coletivamente pelo etnozzoneamento.
- Possibilitar uma articulação dos anseios indígenas por uma melhor condição de vida com os objetivos e metas do etnozzoneamento, que consistem em fortalecer a proteção e preservação dos recursos naturais em seus territórios.
- Possibilitar com que os povos indígenas em questão possam entender melhor o ordenamento territorial estabelecido pelo Estado do Pará, realizado através da Criação de novas Unidades de Conservação da Natureza na Calha Norte. Querendo que estes povos respeitem as regras de uso dos recursos naturais das diversas categorias de Unidades de Conservação que fazem limite com os territórios indígenas e se tornem parceiros da conservação da biodiversidade regional.
- Proporcionar uma linguagem acessível, clara e objetiva sobre as informações do etnozzoneamento que seja compreendida pela maioria dos indígenas.

PÚBLICO-ALVO DO PROJETO	SERVIÇOS OU PRODUTOS OFERECIDOS
<p>1. Povos indígenas das Terras Indígenas Trombetas Mapuera, Nhamundá.</p> <p>Mapuera e povos indígenas localizados na Floresta Estadual do Trombetas.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reuniões participativas</li> <li>2. Oficinas de trabalho</li> <li>3. Formação e estruturação de uma equipe de comunicação indígena</li> <li>4. Elaboração e publicação de uma Cartilha bilíngüe com informações sobre o projeto de etnozoneamento nas áreas indígenas.</li> <li>5. Linha do tempo sobre as atividades desenvolvidas em todas as reuniões e oficinas do projeto</li> <li>7. Visitas da equipe de comunicação indígena às aldeias indígenas do público alvo do projeto para distribuição das cartilhas e realização de atividades de comunicação áudio-visual com informações sobre etnozoneamento.</li> <li>8. Presença de um moderador indígena ou que tenha experiência consolidada com trabalho junto aos povos indígenas</li> </ol>

Públicos-Alvo	Objetivos de Comunicação	Mensagem	Mídia / Ferramenta	Ações	Cronograma	Orçamento
1. Povos indígenas da TI Trombetas Mapuera e Nhamundá-Mapuera e Povos Indígenas localizados na Flota Trombetas	1. Ter adesão das comunidades indígenas ao projeto de etnozoneamento de seus territórios.  2. Ter as comunidades indígenas como parceiras nas ações de conservação da biodiversidade e gestão ambiental das Áreas Protegidas da Calha Norte.	O entendimento das regras de uso, dos recursos naturais estabelecidas pelo etnozoneamento é importante para promover o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas fortalecendo suas capacidades de conservação do meio ambiente e dando possibilidade de melhoria de suas qualidades de vida.	1. Panfletos editados e impressos com informações sobre o etnozoneamento na língua indígena	1. Edição e impressão de material gráfico na língua indígena sobre o etnozoneamento (2000 panfletos)		15.000,00
			2. Equipe de Comunicação áudio-visual sobre o etnozoneamento	2. Formação e estruturação da equipe de comunicação indígena do etnozoneamento		14.500,00
						25.000,00
TOTAL						54.500,00

#### **BLOCO 4 – OS PLANOS DE AÇÃO**

<b>AÇÃO 1</b>	
<b>Público-Alvo</b>	Comunidades dos povos indígenas da porção paraense das T.I.s Trombetas Mapuera e Nhamundá. Mapuera, povos indígenas localizados na Flota Trombetas
<b>Justificativa</b>	Povos Indígenas precisam se adaptar a novo contexto político e territorial da região da Calha Norte no estado do Para. Estes povos habitam e transitam regularmente entres as diferentes fronteiras políticas estabelecidas recentemente pelo Estado na região da Calha Norte.
<b>Objetivo de comunicação</b>	A adoção do etnozoneamento nas praticas de uso dos recursos naturais na vida cotidiana destes povos e a melhor integração de trabalhos e objetivos da SEMA com estes povos.
<b>COMO vai ser feito?</b>	Vai ser realizada a contratação de um profissional pra editoração da cartilha bilíngüe sobre etnozoneamento e de um tradutor indígena. Vai ser realizada a contratação de serviços gráficos para a impressão da cartilha que explica as atividades e objetivos do etnozoneamento. A cartilha vai ser distribuída as comunidades indígenas pela equipe de comunicação indígena e não indígena do projeto.
<b>Período</b>	Meses 1 a 3 de execução do projeto
<b>Responsável</b>	Coordenador técnico
<b>Investimento</b>	R\$ 15.000,00

<b>AÇÃO 2 E 3</b>	
<b>Público-alvo</b>	Comunidades dos povos indígenas da porção paraense das T.I.s Trombetas Mapuera e Nhamundá Mapuera, e área da Flota Trombetas
<b>Justificativa</b>	Povos Indígenas precisam se adaptar a novo contexto político e territorial da região da Calha Norte no estado do Para. Estes povos habitam e transitam regularmente entres as diferentes fronteiras políticas estabelecidas recentemente pelo Estado na região da Calha Norte.
<b>Objetivo de comunicação</b>	A adoção do etnozoneamento nas práticas de uso dos recursos naturais na vida cotidiana destes povos e a melhor integração de trabalhos e objetivos da SEMA com estes povos.
<b>COMO vai ser feito?</b>	Vão ser feito a aquisição de equipamento de comunicação: 1 Datashow, Dois notebook e 1 gerador. Vão ser treinados 4 representantes indígenas nos questões do etnozoneamento e na parte de comunicação social em uma oficina de 7 dias feito pelos coordenadores do projeto. Esta equipe indígena vai ser equipada com o material audiovisual que depois do projeto vai ser doado a associação indígena parceira Wai Wai, chamada APIM. Vai ser feito um roteiro de viagem para a equipe de comunicação indígena visitar as aldeias alvos do projeto e fazer apresentações a todos os habitantes nas malocas centrais usando os equipamentos adquiridos. Vai ser necessária viabilização de combustível, manutenção de motor de barco e pagamento de diárias para as indígenas.
<b>Período</b>	Mês 3 a 6 de execução do projeto
<b>Responsável</b>	Coordenador Técnico
<b>Investimento</b>	39.500,00